SEM ANISTIA? AUMENTA O CERCO AOS FINANCIADORES DO FRACASSADO GOLPE DE 8 DE JANEIRO. FALTA CHEGAR AOS MILITARES

CONGRESSO MISÓGINOS E MORALISTAS: LEVANTAMENTO INÉDITO TRAÇA O PERFIL DE DEPUTADOS E SENADORES

CartaCapital

cartacapital.com.br

basset editora

FAÍSCA

DA GUERRA DA UCRÂNIA ÀS CATÁSTROFES NATURAIS, O MUNDO FLERTA COM O ABISMO

ANO XXVIII Nº 1247 R$ 31,90
22 DE FEVEREIRO DE 2023

JUNTOS A GENTE FAZ O FUTURO BRILHAR

EXERCITE SUA SOLIDARIEDADE!

Sua contribuição vai ajudar famílias e crianças em situação de vulnerabilidade por meio de 25 projetos nas áreas de cultura, esporte, educação e segurança alimentar.

CONHEÇA A CAMPANHA E FAÇA SUA DOAÇÃO!

Aponte a sua câmera para o QR Code e doe via PIX:
CNPJ 34.267.237/0001-55
Federação Nacional das Associações do Pessoal CEF

Ou doe via transferência bancária: Agência: 1041, **Op.**: 003, CC: 50174-4
Federação Nacional das Associações do Pessoal CEF

CartaCapital

22 DE FEVEREIRO DE 2023 • ANO XXVIII • Nº 1247

Capa: Pilar Velloso. Foto: iStockophoto

Há quem ouça o tropel dos cavaleiros do Apocalipse, à espreita no horizonte. pág. 10

ISTOCKPHOTO E KARL SCHRODER

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond e Mauricio Dias
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Martin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendel Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva, Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: André Costa Lucena, Beatriz Loss e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset
editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar, CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR EXECUTIVO: Marcelo Romão
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001 www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555
CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/6/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica – São Paulo – SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO
Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados
Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

DE AVÔ PARA NETO

É a velha tática da elite, de amarrar o Estado aos seus interesses. Aquele jantar de Michel Temer com bilionários foi emblemático. Unidos em torno de seus objetivos, eles investem na grande mídia para que ela difame os poucos líderes capazes de unir o povo, além de demonizar os movimentos sociais. Assim podem continuar tranquilamente seus projetos de poder.
Wellington Romite

É preciso impor limites ao Banco Central, sim. Sabe-se bem a favor de quem ele toma suas decisões. A Presidência da República precisa e tem de tomar as rédeas da situação, e não o tratar como "órgão independente".
Paulo Vanna

A mídia corporativa é uma máquina de propaganda dos financistas e rentistas, que sangram o orçamento do País pelos altos juros da dívida pública. Esses veículos de comunicação são regiamente pagos por meio de propagandas anunciadas entre BBBs, novelas, "análises políticas", futebol etc. Anestesiada pelo veneno midiático, a maior parte da sociedade não consegue entender as implicações de um Banco Central "independente", minando qualquer política pública decente. Só o conhecimento libertará.
Carlos Alberto Suffredini

SEM RODEIOS

É mesmo sem rodeios que o golpe de 2016 no Brasil deve ser chamado pelo nome. Para quem ainda tem alguma dúvida, é só lembrar que as medidas adotadas por Michel Temer não saíram vitoriosas das urnas que o consagraram vice-presidente. Ao contrário. Em muitos pontos, sua antissocial "ponte para o futuro" atendia ao programa da direita neoliberal derrotado democraticamente quatro vezes consecutivas.
Valter Luiz de Macedo

VIDA OU MORTE

Não me soa correto quem ganha 40 mil reais pagar 27,5% de IR e quem ganha 7 mil, o mesmo porcentual. Isenção para 1,9 mil reais é pouco. Que seja para trabalhadores que recebem até 5 mil reais. Tais mudanças são urgentes.
Cris Polese

TRANSIÇÃO INTERROMPIDA

Está longe da minha realidade, mas tento imaginar a busca pela identidade de pessoas que nascem em corpos adversos à sua essência. Doloroso. Pior ainda é ter de enfrentar tantas barreiras nesse caminho.
Márcia Malosso

É preciso lembrar que esses hormônios não faltam apenas à comunidade trans. Muitos tratamentos, como a reposição hormonal para mulheres cisgênero em menopausa, também estão paralisados pela escassez.
Deise Guerra

DUELO AO SOL

Lula quer governar para o povo, enquanto o presidente do Banco Central está ali para defender os interesses do mercado financeiro. O líder petista tem razão ao ficar irritado, pois os juros altos minam o crescimento da economia.
José Carlos Gama

GENOCÍDIO BANHADO A OURO

Os bens de todos os criminosos envolvidos devem ser usados para restaurar a paz na Terra Indígena Yanomâmi. Se Bolsonaro e seus asseclas não forem rigorosamente punidos, a injustiça continuará reinando no Brasil.
Adalmir Sandro da Luz

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

"Juiz corrupto"

O Tribunal de Justiça do Paraná rejeitou uma ação movida pelo senador Sergio Moro, do União Brasil, e decidiu manter postagens do jornalista Glenn Greenwald que o chamam de "juiz corrupto". Em uma das publicações, o vencedor do Prêmio Pulitzer de 2014 é categórico: "O corrupto juiz brasileiro que ordenou a prisão de Lula em 2018 para impedi-lo de concorrer à Presidência, e que em seguida foi trabalhar para Bolsonaro ocupando o cargo de ministro da Justiça, está agora concorrendo à Presidência da República, e acusa Bolsonaro e Lula de fazerem campanha de apoio a Putin". O texto faz referência às mensagens interceptadas por um *hacker*, que revelaram um conluio de Moro com os procuradores da Lava Jato para obter a condenação do líder petista a qualquer custo.

Forças Armadas/ **Poder Moderador?**

O PSOL pede ao STF para definir interpretação do artigo 142 da Constituição

Citado com frequência pelos extremistas que sonham com intervenção militar, o artigo 142 da Constituição é objeto de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de autoria do PSOL. O partido pede ao STF a nulidade parcial do texto, sem perda da redação original, para evitar interpretações golpistas do texto constitucional. Nos últimos anos, bolsonaristas passaram a explorar o artigo 142 na defesa de um golpe de Estado, como se a Constituição de 1988 concedesse às Forças Armadas uma espécie de Poder Moderador, como na época do Império.

O artigo 142 diz que as Forças Armadas "se destinam à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um destes, da lei e da ordem". Em momento algum confere aos militares o direito de intervir na política e assumir o poder. Além disso, para ter valor legal, o artigo precisaria de Lei Complementar, que jamais foi redigida.

Na ADPF, o PSOL pede que sejam declaradas inconstitucionais "todas as variantes interpretativas que caracterizem as Forças Armadas como 'Poder Moderador'; ampliem suas atribuições para além daquelas fixadas pelo texto constitucional, quais sejam: a defesa do território nacional contra ameaças estrangeiras, permitam a ruptura total ou parcial do regime democrático vigente ou a instauração de um governo de exceção pelas Forças Armadas ou civis apoiados por elas". No Brasil, o óbvio precisa ser reiterado.

Os "patriotas" agarram-se a qualquer desculpa para justificar um golpe

Unicef/ **INFÂNCIA PERDIDA**

O BRASIL TEM 32 MILHÕES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA POBREZA

A taxa de analfabetismo nessa faixa etária dobrou em dois anos

Ao menos 32 milhões de crianças e adolescentes viviam em situação de pobreza no Brasil em 2019, revela uma pesquisa divulgada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Unicef, na terça-feira 14. O contingente representa quase dois terços da população nessa faixa etária no País.

Segundo o estudo, muitos desses brasileiros estão submetidos ao trabalho infantil ou privados de acesso a moradia digna, água, saneamento, informação, renda, alimentação e educação. Os dados têm como base informações oficiais da Pnad Contínua do IBGE.

Ainda de acordo com o levantamento do Unicef, 16,1% das crianças e adolescentes viviam em situação de extrema pobreza em 2021. No ano passado, o analfabetismo nessa população era de 3,8%, o dobro do registrado em 2020.

CartaCapital/
Mulheres de luta

Antonia Quintão, Célia Xakriabá, Maria Rita Kehl e Marjorie Marona reforçam o nosso time de colunistas

Primeira deputada indígena de Minas Gerais, Célia Xakriabá estreou sua coluna em *CartaCapital* na primeira semana de fevereiro, ao tomar posse na Câmara Federal. "Entro aqui não com as gravatas do protocolo, mas com a gravata dos nossos ancestrais. As gravatas Xavantes, as gravatas Xakriabás e de todos nós. Entro para assinar, não para assassinar direitos", escreveu na ocasião. "É o começo da resistência em um Parlamento anti-indígena."

A partir de março, o time de colunistas da revista será reforçado com outras três mulheres, referências nas áreas em que atuam. Uma delas é a socióloga Antonia Quintão, presidente da Geledés, ONG criada em 1988 em defesa das mulheres negras. Professora e coordenadora dos cursos de pós-graduação *lato sensu* do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Quintão também atua como pesquisadora na USP e no Instituto Universitário de Lisboa, em Portugal.

Neste mesmo mês, a psicanalista, escritora e ensaísta Maria Rita Kehl inaugura sua coluna. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC de São Paulo e integrante da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), ela é autora de mais de uma dezena de livros, entre eles *Sobre Ética e Psicanálise* (Cia das Letras, 2000), *Bovarismo Brasileiro* (Boitempo, 2018) e *O Tempo e o Cão: a Atualidade das Depressões*, este último vencedor do Prêmio Jabuti de 2010.

Por fim, Marjorie Marona passa a escrever sobre o intrincado cenário político nacional. Professora do Departamento de Ciência Política da UFMG e coordenadora do Observatório da Justiça no Brasil e na América Latina, ela é coautora de obras como *A Política no Banco dos Réus: a Operação Lava Jato e a Erosão da Democracia no Brasil* (Autêntica, 2022) e *Democracia e Justiça na América Latina: Para Onde Vamos* (Eduerj, 2021). Os leitores de *CartaCapital* não poderiam estar em melhor companhia.

REDES SOCIAIS, MARIZILDA CRUPPE/AMAZÔNIA REAL, RENATO LUIZ FERREIRA E SERGIO LIMA/AFP

Antonia Quintão, Célia Xakriabá, Maria Rita Kehl e Marjorie Marona irão se revezar a cada semana

Discriminação oficial

Com a promessa de oferecer mais segurança aos paulistanos, o sistema *Smart Sampa* representa uma ameaça aos direitos humanos, em especial da população negra e LGBTQIA+. Foi o que revelou um relatório preliminar do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, a apontar falhas no projeto de monitoramento e reconhecimento facial que a prefeitura pretende implantar. O *Smart Sampa* prevê a instalação de 20 mil câmeras na capital paulista com o objetivo de identificar as pessoas por características físicas, incluindo a cor da pele, além de ser capaz de cruzar dados com redes sociais. O parecer foi preparado a pedido de vereadores da oposição.

A Semana

Haley desafia Trump

Nikki Haley anunciou, na terça-feira 14, a intenção de disputar com Donald Trump a indicação do Partido Republicano para a eleição presidencial dos EUA, em 2024. "Sou uma candidata à Presidência", afirmou a ex-embaixadora na ONU em vídeo divulgado nas redes sociais. Em 8 de fevereiro, ela havia prometido um "anúncio especial" para seus seguidores em Charleston, Carolina do Sul, estado do qual foi governadora entre 2011 e 2017. Além de Haley, o ex-vice-presidente de Trump, Mike Pence, o ex-chefe da diplomacia Mike Pompeo, e o governador da Flórida, Ron DeSantis, figuram entre os possíveis desafiantes de Trump em sua própria legenda.

Violência/ Barril de pólvora

Número de armas nas mãos de civis chega a quase 3 milhões no Brasil

Nos quatro anos do governo Bolsonaro, o número de armas de fogo nas mãos de civis mais que dobrou no Brasil. É o que mostra um levantamento realizado pelos institutos Sou da Paz e Igarapé, divulgado na segunda-feira 13. Em 2018, antes de Bolsonaro tomar posse, eram 1.320.582 armas. No fim de dezembro do ano passado, este número chegou a 2.965.439. Os dados foram colhidos a partir da Lei de Acesso à Informação e consideraram as armas pessoais ou particulares de propriedade de caçadores, atiradores desportivos e colecionadores (CACs), cidadãos comuns com registro para defesa pessoal, caçadores de subsistência, servidores públicos civis com prerrogativa de porte e integrantes de instituições militares que compram armas para uso pessoal.

Além do aumento considerável na quantidade de armas nas mãos de civis nesses quatro anos, chama atenção o explosivo crescimento do número de CACs, fortemente estimulados por Bolsonaro. Em 2018, 27% das armas pertenciam aos CACs e no fim de 2022 o porcentual chegou a 42,5%. Saiu de 59.417 armas há quatro anos para 431.137 em dezembro passado.

"Salvem a democracia", clamavam os manifestantes em Jerusalém

Israel/ GOLPE BRANCO EM CURSO

NETANYAHU TENTA LIMITAR PODERES DA SUPREMA CORTE E POVO REAGE

Cerca de 100 mil manifestantes se concentraram ao redor do Knesset, o Parlamento de Israel, para protestar na segunda-feira 13 contra uma proposta de reforma judiciária apresentada pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, que limita poderes da Suprema Corte. No plenário, parlamentares trocaram insultos e ao menos três representantes da oposição foram obrigados a se retirar da sessão, após protagonizarem um tumulto.

Muitos israelenses viajaram de várias partes do país para aderir ao ato convocado pela oposição em Jerusalém, segundo o jornal local *Haaretz*. Com bandeiras nacionais e cartazes com dizeres como "Salve a democracia" e "O mundo inteiro está de olho", os manifestantes chegaram a entrar em confronto com a polícia ao avançar sobre a grade de proteção do Knesset.

Netanyahu argumenta que a mudança é necessária para retirar a Justiça das mãos de "magistrados elitistas e tendenciosos". Caso a reforma seja aprovada, o Parlamento israelense teria o poder de derrubar decisões da Suprema Corte por meio de votações com maioria simples, algo que a ultradireitista coalizão governista já tem.

Crise dos balões/ **E.T. inocentado**

EUA e Canadá abatem três óvnis e negam "invasão alienígena"

A notícia de que as Forças Aéreas dos EUA e do Canadá derrubaram três objetos voadores não identificados, de sexta-feira 10 a domingo 12, causou reboliço entre os ufólogos e os bolsonaristas que sonham com uma intervenção alienígena para abreviar o mandato de Lula. Coube à porta-voz da Casa Branca, Karine Jean Pierre, desmentir as teorias da conspiração a ganharem asas nas redes sociais. "Não há qualquer indicação de *aliens* ou atividade extraterrestre", disse a funcionária, uma fã declarada do filme *E.T.*, clássico dos anos 1980 dirigido por Steven Spielberg. Ou esta seria mais uma ação diversionista de Washington para esconder o contato imediato?

Bem, a realidade não é menos intrigante neste caso. O Pentágono suspeita que os óvnis abatidos – um sobre o Alasca, outro sobre o território canadense de Yukon e um terceiro sobre Michigan – são balões espiões da China. A informação foi confirmada pelo líder da maioria no Senado, o democrata Chuck Schumer, à rede de televisão ABC. "Até alguns meses atrás, não sabíamos desses balões. Nossa inteligência e nossos militares não sabiam. Isso remonta ao governo do presidente Trump", afirmou o parlamentar. Em resposta, o porta-voz da chancelaria chinesa, Wang Wenbin, trocou acusações: "Desde o ano passado, balões de alta altitude dos EUA operaram mais de dez voos ilegais no espaço aéreo chinês".

Washington acusa a China de usar balões para espionagem

Sem trégua

Nem mesmo o devastador terremoto que provocou mais de 35 mil mortes na Turquia e na Síria, no início de fevereiro, foi capaz de sensibilizar o Estado Islâmico por um cessar-fogo. Ao menos 11 pessoas, a maioria civis, morreram em um ataque no centro da Síria atribuído ao grupo terrorista, anunciou o Observatório Sírio para os Direitos Humanos no domingo 12. O grupo jihadista "atacou perto de 75 pessoas no sábado, enquanto coletavam trufas na zona de Palmira", informou a ONG, acrescentando que morreram no ataque dez civis e um integrante das forças armadas do regime sírio.

Igreja Católica/ **SILÊNCIO DIABÓLICO**

SACERDOTES PORTUGUESES ABUSARAM DE QUASE 5 MIL CRIANÇAS DESDE 1950

O clero católico em Portugal abusou de quase 5 mil crianças desde 1950, revelou, na segunda-feira 13, uma comissão independente que investiga denúncias de pedofilia na Igreja Católica a convite do papa Francisco, que em 2019 prometeu punir todos os sacerdotes envolvidos nesses crimes. Os investigadores ouviram os relatos de mais de 500 vítimas, mas sabem que a subnotificação é gigantesca. "Esses testemunhos nos permitem estabelecer uma rede muito maior de vítimas, pelo menos 4.815", afirmou o psiquiatra Pedro Strecht, durante coletiva de imprensa em Lisboa.

O prazo para a apresentação de queixa criminal expirou para a grande maioria dos casos, mas 25 processos foram transferidos para a polícia e resultaram na abertura de inquéritos. Um desses raros casos em andamento diz respeito a "Alexandra", uma mulher de 43 anos que pediu anonimato. Ela afirma ter sido estuprada por um padre durante a confissão, quando era freira noviça, aos 17 anos de idade. A comissão sugeriu às autoridades portuguesas a extensão do tempo de prescrição para o crime de pedofilia.

A maior parte dos crimes sexuais cometidos pelo clero prescreveu

CURIA METROPOLITANA DE LISBOA, AHMAD GHARABLI/AFP, ISTOCKPHOTO E TYLER THOMPSON

A agressão

A RÚSSIA DE PUTIN ATACA A UCRÂNIA PARA RECUPERAR OS DOMÍNIOS DA URSS

por MINO CARTA

O secretário-geral da ONU, o português António Guterres, já ouve a se elevar do horizonte o tropel dos cavaleiros do Apocalipse. Prevê o alargamento do conflito provocado pela agressão da Rússia de Vladimir Putin à Ucrânia, apoiada pela ajuda da União Europeia. A vida humana sempre teve de enfrentar turbulências de extrema tensão, mas desta vez a ameaça traz à tona a imagem do cogumelo atômico, e Guterres não exagera nos seus temores: inquebrável parece ser a determinação do líder russo, empenhado em recuperar o espaço outrora dominado pela URSS.

Nesta investida, ele chega a contar com o apoio de uma figura folclórica e deplorável, Silvio Berlusconi. Com sua atitude, o grotesco personagem põe em dificuldade o atual governo de Giorgia Meloni, que seu partido, o Forza Italia, apoia desde a posse. Especialistas em Berlusconi vaticinam um recuo do próprio, a alegar ter sido mal-entendido. Sobra apenas o ruído provocado por esta intervenção, descabida já no propósito inicial. De todo modo, Putin não

Lula em missão de paz encanta Biden

A natureza incontrolável alia-se à prepotência russa às margens do Mar Negro

esmorece no ataque e leva a União Europeia a um envolvimento crescente. A esta altura, os governos democráticos ocidentais não têm a menor possibilidade de escapar a algo passível de definir como obrigatório, a salvaguarda do Oeste ameaçado.

Louvável, certamente, o empenho pacificador do presidente Lula, a quem conviria a bênção do papa Francisco. A cruzada do presidente brasileiro cativa numerosos líderes europeus, sem excluir o mandatário norte-americano Joe Biden, que recebeu Lula com todas as mesuras de praxe, além de valorizar a presença do conselheiro especial Celso Amorim, há muitos anos fiel colaborador de *CartaCapital*.

Mesmo assim, algo maligno está no ar e aos riscos da guerra acrescenta-se a raiva da natureza, a se abater sobre o território turco com um balanço estratosférico de vítimas, cataclismo de proporções gigantescas em condições de se repetir a curto prazo a envolver também a Síria, governada pelo criminoso de guerra Bashar al-Assad. A Europa é, certamente, o escoadouro inevitável de largos contingentes de refugiados tanto da Turquia quanto da Síria.

É mais uma concomitância funesta, com a responsabilidade repartida entre a ambição e a prepotência dos homens e as insondáveis manifestações da natureza inconfiável. O avanço de governos de centro-direita, ou mesmo de extrema-direita, sem falar, obviamente, da Hungria, ancorada há tempo pelo reacionarismo irredutível de Orbán, é típico do momento confuso e incerto, como se fosse necessária uma pausa de reflexão sobre os fatos a modificar profundamente o globo em relação até a tempos bem recentes.

A época que caracterizou as políticas do mundo à sombra da chamada globalização já está superada, de sorte a propor novas visões e novas ideias. Mais uma vez, no enfrentamento da realidade cambiante, busca-se a adaptação a conceitos inspirados por uma espécie de egoísmo a fechar cada país em torno dos seus problemas e necessidades, à procura de soluções próprias, independentes das situações globais.

Cada qual encara as tensões internas e nelas concentra sua atenção, sem se incomodar com o quanto acontece ao seu redor. Trata-se de uma realidade que justifica exceções, como, por exemplo, a ajuda multiforme proporcionada à Ucrânia agredida, o que se deve, em primeiro lugar, a uma ameaça a envolver a humanidade em peso. •

BULENT KILIC/AFP, WOLFGANG SCHWAN/ANADOLU AGENCY/AFP E ANDREW CABALLERO-REYNOLDS/POOL/AFP

Ucrânia, ano 2

A RÚSSIA AMEAÇA UMA NOVA ESCALADA NA GUERRA PRESTES A COMPLETAR 365 DIAS

por SERGIO LIRIO

Há algo trágico e patético nas recentes turnês internacionais de Volodymyr Zelensky. O presidente da Ucrânia continua, ao menos em público, a ser recebido com candura pelos líderes ocidentais, e seus apelos, diante da tragédia vivida pelos compatriotas, não perderam a pertinência, mas o ex-comediante parece cada dia mais com aquele parente

Putin, dizem as agências de inteligência ocidentais, prepara uma nova ofensiva para marcar o primeiro ano da invasão. Ninguém imaginava um conflito tão longo e custoso

em eterna dificuldade que ninguém quer ou sabe como ajudar. Desde fevereiro do ano passado, a União Europeia enviou aos ucranianos 52 bilhões de euros (cerca de 250 bilhões de reais), ante 48 bilhões de euros injetados pelos norte-americanos. Nada diante das demandas diárias. Após visitar na véspera do Natal o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em Camp David, a casa de campo onde Franklin Roosevelt e Winston Churchill tiveram conversas decisivas sobre a Segunda Guerra Mundial, o ucraniano registrou a proximidade de um ano da invasão com um périplo por Londres, Paris e Bruxelas, sede da União Europeia. No Velho Continente, ouviu carinhosas palavras de incentivo e a promessa de que a adesão do país à UE se dará em tempo recorde, dois anos (sabe-se lá como e a que custo). Quanto às demandas urgentes, o envio de armas e munições, teve de se contentar com os discursos vagos de sempre, salvo o anúncio da chegada, em algum momento até a primavera, de uma pequena frota de tanques norte-americanos, britânicos e alemães prometidos antes da viagem.

O NÚMERO DE MORTOS DOS DOIS LADOS APROXIMA-SE DA CASA DOS 300 MIL

Segundo Jens Stoltenberg, secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte, as forças de defesa ucranianas consomem armamentos em uma velocidade que o Ocidente tem dificuldade em suprir. A demora na cessão de blindados mostra, porém, os receios dos integrantes da Otan de ir além de certo nível de participação e de determinada retórica. Zelensky conseguirá convencer o Ocidente a enviar caças e mísseis? Stoltenberg desconversa: "A nossa prioridade é assegurar a entrega de artilharia pesada e sistemas modernos de defesa antiaérea". Os europeus, nota-se, preferem insistir nas sanções econômicas à Rússia e nos compungidos aplausos de pé ao fim dos discursos do presidente ucraniano, que voltou a invocar os sentimentos nobres dos colegas na recente viagem. "Uma Europa livre não pode ser imaginada sem uma Ucrânia livre", afirmou. "Só a nossa vitória vai ser a garantia de cada um dos valores europeus comuns." Quem se importa?

Há algo igualmente trágico e patético na soberba de Vladimir Putin. A confiança na vitória e as ameaças de nova escalada no conflito, incluído o uso do arsenal atômico, destoam da óbvia fragilidade material e estratégica do exército russo no campo de batalha. Putin acreditou ou fez o mundo acreditar em "uma operação militar especial" de curta duração. Quase um ano depois, duas trocas de comando e pesadas baixas nas tropas, o presidente e

seus generais encontram-se em um mato sem cachorro, espremidos nas fronteiras da região de Donbas, na luta encarniçada por centímetros de território e sem encontrar maneira honrosa de encerrar a aventura. Sem um plano factível, Putin rendeu-se ao Grupo Wagner, batalhão de mercenários recrutados por Dmitry Utkin, veterano das batalhas na Chechênia, e financiado por Yevgeny Prigozhin, oligarca próximo ao Kremlin. Com presença em conflitos globais ou tribais, da Síria à África, o grupo, que coleciona "pequenos avanços" em Bakhmut, a leste de Donetsk, é o único trunfo de Putin nestes meses de inverno. Enquanto reorganiza os soldados, o governo russo eleva o tom contra os adversários. Na terça-feira 14, o porta-voz Dmitry Peskov retomou as críticas à Otan, "uma organização hostil e que prova essa hostilidade diariamente". Putin, avisa Peskov, pretende fazer um discurso ao povo em 21 de fevereiro, três dias antes do aniversário da invasão. Na sexta-feira 10, o presidente russo tocou, porém, em um dos prováveis pontos do pronunciamento, ao lembrar da Euromaidan, a revolução ucraniana apoiada pelos EUA que levaram à renúncia de Viktor Yanukovytch, mandatário pró-Kremlin. "Não começamos as hostilidades e estamos a tentar pará-las. Essas hostilidades tiveram início com os ucranianos nacionalistas e os seus apoiadores em 2014, quando ocorreu um golpe. Foi assim que tudo teve início e os eventos da Crimeia e de Donbas se seguiram."

Zelensky recebe de Von Leyden e Michel muitos afagos, mas preferiria a sua parte em armamentos pesados e muita munição

Parênteses: Trágica e patética é a teoria ocidental a respeito do enfraquecimento de Putin e de sua iminente derrota. As sanções impostas ao país e aos bilionários russos surtiram o efeito inverso. Os oligarcas não conspiraram contra o Kremlin e, à exceção das manifestações nos dias iniciais do conflito, reprimidas violentamente, diga-se, a população, afetada pela russofobia, prefere direcionar sua fúria aos "inimigos" europeus, não ao presidente. "A propaganda russa funciona e o regime é muito mais estável do que alguns gostariam de acreditar", resumiu em entrevista a socióloga Dina Khapaeva, que vive na Geórgia.

Doze meses depois, a guerra deixou de ser um evento excepcional, como a morte da rainha Elizabeth II ou o terremoto na Síria e Turquia. O exército de jornalistas debandou, em busca de outros dramas. Os corpos pelas ruas de Bucha, as famílias separadas, os resistentes, os desesperados, os desertores parecem a esta altura personagens de uma batalha distante. Os relatos na imprensa tornaram-se burocráticos, monótonos, boletins de trânsito. Mas o conflito continua a impor suas dores e perdas. Aos ucranianos e russos na linha de frente resta contar os mortos e os prejuízos. De acordo com o Institute for the Study of War, *think thank* de Washington, até o fim de janeiro, o número de vítimas

da invasão, de um lado e de outro, somava cerca de 300 mil, entre civis e militares. A economia da Ucrânia encolheu 30%, um terço da população, em especial mulheres, idosos e crianças, refugiou-se em outros países e a infraestrutura de energia perdeu 40% da capacidade, o que torna mais penoso enfrentar temperaturas próximas dos 50 graus negativos. Em relatório do mesmo período, o instituto, que reúne falcões da guerra, apontou a possibilidade de uma bem-sucedida contraofensiva da Rússia nos próximos meses, diante da dificuldade da Ucrânia em obter apoio militar efetivo da Europa e dos Estados Unidos. "A relutância ocidental em começar a fornecer sistemas de ponta, particularmente tanques, armas de longo alcance e de defesa área, limitou a capacidade ucraniana", diz o texto. Em entrevista à rede de tevê Al Jazeera, Wolfgang Ishinger, presidente da Conferência de Segurança de Munique e ex-embaixador da Alemanha nos EUA, mostrou-se pouco otimista. "Desejo à Ucrânia e a todos nós um fim rápido para esta guerra. Em política externa deve-se, porém, sempre contar com o pior cenário. O pior neste instante é um conflito sangrento que se arraste por anos."

Passados quase 365 dias da manhã em que os soldados russos cruzaram as fronteiras da Ucrânia, quase todas as piores previsões se concretizaram. O planeta foi lançado em uma nova espiral de crise, quando ainda não havia se recuperado do impacto da mais grave pandemia em um século. A alta do preço do petróleo e do gás provocou a disparada da inflação global. Os Bancos Centrais responderam do modo usual e ineficaz, elevaram as taxas de juro. Tudo dentro do esperado. As economias, desenvolvidas ou em desenvolvimento, vivem agora assombradas pelo risco da recessão, a escalada do desemprego e a perda do poder aquisitivo da população, traduzida, em muitas regiões, em miséria e fome.

KENZO TRIBOUILLARD/AFP E YASUYOSHI CHIBA/AFP

A INVASÃO AUMENTOU OS RISCOS DE RECESSÃO GLOBAL E INAUGUROU UMA NOVA GUERRA FRIA

No plano geopolítico, a guerra encerra as pretensões multilaterais e estabelece o retorno da lógica da Guerra Fria, um mundo bipolar marcado pela hostilidade e desconfiança. Há apenas uma dança de cadeiras. Sai Moscou, entra Pequim no papel de antagonista de Washington.

Teriam, porém, os chineses a intenção de impor uma nova ordem mundial como sonhavam os soviéticos? Ao site Vox, o historiador Sergey Radchenko, especialista no tema e professor da Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins, levanta dúvidas. "A China é a líder deste novo alinhamento, mas não sei se alimenta a mesma ambição da União Soviética, de transformar o mundo", afirma. "Do ponto de vista de Pequim, o mundo parece mais caótico e os chineses tentam tirar proveito. Mas não está claro se eles têm o mesmo tipo de busca obstinada pela transformação global que a URSS fez por meio da ideologia marxista-leninista." Pode ser apenas uma questão de estilo. •

O PALCO DA GUERRA

Onde se encontram as forças militares um ano depois

Fonte: Institute for the Study of War atualizado em 14 de fevereiro de 2023

O que há de novo é o passado

A INVASÃO DA UCRÂNIA MARCA O RETORNO DO MODELO CLÁSSICO DE GUERRA

por JOSÉ SÓCRATES*

Alguma coisa fez com que a expressão "operação militar especial" soasse, ao menos a nós ocidentais, tão cínica, tão revoltante – e tão insuportável. Aquelas primeiras imagens das estações de comboios ucranianas nos fizeram olhar em silêncio como normalmente fazemos diante de alguma coisa extraordinária e inesperada. Espanto, acho que é a isto que chamamos espanto. E, no entanto, o que ali havia de novo não era verdadeiramente uma novidade. O que ali havia de novo era o passado. O regresso de "um passado que não quer passar". Alguém disse que agora era a guerra de verdade. Acho que acertou.

As imagens pareciam de outro mundo que apenas conhecíamos dos filmes e da memória histórica – as crianças que choram, as mães que fogem, os pais que ficam para lutar. Se aquelas fotografias fossem em preto e branco não saberíamos que datas lhes atribuir. Depois vieram as imagens de estradas destruídas, dos edifícios bombardeados, dos corpos nas ruas. O inferno da guerra. O regresso da guerra. Mas exatamente o que regressa? O que há de novo nesta guerra? Não foi ela sempre assim, sempre bárbara, sempre cruel, sempre sanguinária? O que há agora de diferente? O que há de novo não é exatamente o regresso da guerra, mas o regresso de um certo estilo de guerra. Algo que julgávamos posto de lado pela história. Ao menos na história europeia.

Um pouco de perspectiva. Depois da Segunda Guerra Mundial, dois acontecimentos pareciam ter potencial para acabar de vez com a guerra e com a barbárie – o direito internacional e a bomba atômica. As

DOIS EXÉRCITOS, DOIS ESTADOS, DOIS POVOS, DOIS LÍDERES EM DISPUTA POR UM TERRITÓRIO

Nações Unidas e Hiroshima. Por um lado, a Carta das Nações Unidas baniu a guerra de agressão da linguagem do direito. Por outro lado, a tecnologia nuclear transformou a guerra entre potências em exercício de suicídio coletivo. Um general francês escreveria anos depois que "a guerra morreu em Hiroshima". Mas a guerra não morreu, a guerra mudou. Acabou um certo padrão de guerra e começou a guerra dos 50 anos, a chamada Guerra Fria, que trouxe novos tipos de conflitos – "guerras de procuração" ou "guerras assimétricas" ou ainda "conflitos de baixa intensidade". A seguir ao 11 de Setembro, outro modelo despontaria como ideia de "guerra global", como "estado de violência" que não se passa só entre Estados, mas entre estes e as "organizações terroristas". Um tipo de guerra que não reconhece fronteiras, que não distingue público e privado, criminoso e combatente, e em que, basicamente, não se conhece exatamente o inimigo – o terrorista, que vive misturado com a população civil. A guerra global ao terror será a "guerra dos 20 anos", se tivermos sorte e se nada vier que a prolongue. Agora, com

Os tanques russos cruzam as estradas da Ucrânia, nesta invasão que reinaugura a divisão da Guerra Fria. Ocidente contra Oriente

MAXAR TECHNOLOGIES/AFP

a Ucrânia, é outra coisa. Sim, outra coisa. O que parece estar a regressar ao palco da história é o modelo clássico de guerra – dois exércitos, dois Estados, dois povos, dois líderes em disputa por um território. Uma guerra em que há campo de batalha, há enfrentamento direto de exércitos, há deslocamentos, frente de batalha, há bombardeamentos, há perdas militares, há mortes de civis e onde, ainda por cima, coisa nunca vista até aqui, um dos beligerantes diretos tem armas nucleares. O que vemos hoje na Ucrânia é o tipo de guerra que Alberico Gentilis, no século XVI, descreveu como "conflito armado, público e justo".

Regressa um estilo de guerra e regressa um discurso sobre a guerra. Regressa o entusiasmo com os "guerreiros da Guerra Fria" e o enaltecimento da sua herança política. Regressa a ideia de celebrar o fim da globalização e de acabar de vez com a perigosa ilusão cosmopolita de um só mundo, um só planeta e da procura de uma agenda política global de cooperação. Regressamos, dizem os divulgadores ocidentais, à lucidez estratégica que nunca devíamos ter abandonado – um inimigo bem identificado e bastante maldoso.

A guerra da Ucrânia, dizem alguns, pode ser uma tragédia, mas é também uma oportunidade de arrepiarmos caminho e mudar a geopolítica mundial. Nós e os outros. Deixemos de lado a ingenuidade de pensar que a unidade ocidental possa ser baseada em propósitos comuns de cooperação – ela é, e sempre foi, baseada no medo do inimigo comum. A guerra da Ucrânia é o regresso de um certo estilo de guerra, de uma certa retórica de guerra e de uma certa "nova ordem mundial". O que há de novo nesta "nova ordem" é a nostalgia da Guerra Fria. Nós e eles. Dois mundos. O Mal e o Bem. O puro e o impuro. O que há de novo nesta guerra é o passado.

Na verdade, para ser mais rigoroso, o regresso não é o regresso de todo o passado, mas de um certo passado. E sendo só o regresso de um certo passado é um passado revisto. Um passado que desvaloriza o papel internacional que a Europa construiu nas décadas a seguir à Segunda Guerra Mundial. Um passado que determina para a Europa o fim "do longo período sabático da geopolítica", querendo significar exatamente o que parece – é altura de pôr de lado o diálogo político e o direito internacional e de regressar à cultura do poder, à cultura das armas. Esse passado não é o passado, mas uma revisão do passado. Um passado revisto que coloca de lado o projeto de integração europeia, um projeto político generoso e singular que foi capaz de construir uma reputação internacional sustentada na defesa dos valores da paz, da cultura humanista e de uma ordem mundial subordinada ao Direito Internacional. Após décadas de recuperação do pós-Guerra, esta parecia ser a Europa em que se podia confiar: um parceiro júnior dos Estados Unidos, é certo, mas também um *soft power* de alcance mundial, concentrado no diálogo político e na resolução pacifica de conflitos. Não mais. Agora, os "novos guerreiros" espalham nos jornais a sua condescendência com os políticos ingênuos, lembrando-lhes que o poder vem da força, não do direito – eis tudo o que resta do cinismo "de quem viu demasiado e compreendeu demasiado pouco". Com a invasão da Ucrânia regressa também o dilema estratégico europeu – simples testa de ponte dos Estados Unidos na Eurásia ou ator político global que reclama a sua identidade própria? No fundo, o que esta guerra traz de novo é o passado. E a galope. •

**Foi primeiro-ministro de Portugal.*

60 horas de agonia

The Observer SOBREVIVENTES DO TERREMOTO NA TURQUIA TIVERAM DE RETIRAR POR CONTA PRÓPRIA OS CORPOS DE FAMILIARES SOB ESCOMBROS

por RUTH MICHAELSON, DENIZ BARIS NARLI *e* LORENZO TONDO, DE SAMANDAG (TURQUIA)

BULENT KILIC/AFP

Durante 60 horas, Baris Yapar tentou resgatar os corpos de seus avós dos escombros da casa deles. Com seus pais, Habip e Sevcan, o estudante de Psicologia Clínica de 27 anos tentou em vão remover os cadáveres. Foi um trabalho desesperado. Demorou dois dias inteiros após o devastador terremoto duplo da segunda-feira 6, antes que a agência oficial de socorro da Turquia chegasse à cidade de Samandag, perto da fronteira com a Síria. Quando, finalmente, a ajuda chegou, o pequeno número de socorristas estava esgotado.

Os Yapar observaram as equipes de resgate retirarem do concreto pesado pessoas que a família conhecia há gerações. Lá estava Semire Zubari, dono do mercado local, onde eles faziam compras há anos, e o corpo de Gonul Sakalli, que Baris conhecia desde criança. Então, ele viu o corpo do filho de Semire, Hasan, seu amigo de infância. "Não havia mais carros para levá-lo ao necrotério", disse. "O único veículo que restou foi uma escavadeira. Observei enquanto eles colocavam meu amigo de infância na frente da escavadeira para levá-lo ao necrotério. Ver aquilo, ver esses extremos, me destruiu. Eu me perguntei: não temos mais sequer a dignidade de carregar nossos cadáveres adequadamente para o necrotério?"

Mais tarde, equipes de resgate do município de Istambul vieram socorrer os Yapar. Mesmo assim faltavam recursos. "Eles olharam e disseram: 'Não temos ferramentas para retirá-los'", disse Baris. "Meu pai é engenheiro civil e disse a eles: 'Olhem, eu tenho as ferramentas, apenas façam isso. Apenas os tirem, porque não podemos arriscar a nós mesmos'. Quer dizer, ele é engenheiro, não trabalhador de resgate. Eles trouxeram um gerador e demos a eles todas as ferramentas necessárias. Finalmente, conseguimos, 60 horas depois."

O SISMO DE MAGNITUDE 7,5 DEIXOU MAIS DE 37 MIL MORTOS EM DOIS PAÍSES

Samandag, até a semana passada uma cidade de cerca de 120 mil habitantes, foi destruída. A padaria está submersa pelos escombros. O hospital foi forçado a fechar por vários dias depois que um segundo terremoto atingiu a área horas após o primeiro abalo, reabrindo com uma sala de cirurgia improvisada no andar térreo. Até mesmo a funerária de Samandag é insegura para se entrar, com grandes pedaços de metal pendurados e caindo do teto, exibindo um buraco cavernoso.

Como muitos residentes, Baris e seus pais agora dormem no carro, temendo entrar em casa. Uma poeira macia, branca e fina dos escombros espalhou-se pela cidade, cobrindo tudo o que tocou. Equi-

O governo central levou dias para enviar socorristas a algumas localidades turcas

pes de resgate tentam abafar o barulho dos carros, para ver se encontram algum sinal de vida sob os escombros, mas esses sinais são poucos e distantes entre si.

Apesar da devastação, a presença do governo é leve – autoridades de segurança com equipes de emergência dispersas e um pequeno grupo tentando encontrar corpos há muito tempo presos sob suas casas. Muitos dos que chegaram para ajudar a distribuir comida, remédios e atendimento foram enviados pelo município de Istambul, ligado ao maior partido de oposição do país, em meio a poucas sugestões de ajuda do governo para remover pilhas de entulho tão altas que bloqueavam a rua em muitos lugares.

Samandag é uma cidade que foi deixada à própria sorte, com os sobreviventes trabalhando para salvar seus amigos e vizinhos dos escombros. Eles temem que o terremoto tenha trazido o fim de sua comunidade. Moradores disseram que o governo central de Ancara há muito negligenciava a província de Hatay, uma faixa de terra fértil e verdejante repleta de olivais e árvores cítricas, delimitada pela província síria de Idlib, de um lado, e pelo Mar Mediterrâneo, do outro.

As consequências do terremoto, disseram eles, simplesmente mostraram quão pouco o governo se preocupou em preservar o que restou da província e seus diversos povos – seitas que vivem lado a lado há milênios, entre antigas sinagogas, igrejas, mesquitas e monumentos. A província e sua rica história sobreviveram a muitos terremotos, incluindo o de Antióquia, no ano 115 da Era Cristã, que, segundo se estima, teve força semelhante à do terremoto mortífero da semana passada.

Mas aqueles que ficaram em Samandag disseram temer que a destruição causada pelo último terremoto seja uma sentença de morte para sua comunidade, espalhando armênios, alauítas, cristãos e turcos de língua árabe de todo o país para as cidades metropolitanas da Turquia, pois não puderam permanecer no que restou da cidade.

Quando o primeiro terremoto ocorreu, nas primeiras horas da manhã, aqueles que se encontraram vivos imediatamente começaram a tentar salvar seus vizinhos presos sob os escombros. O dono de uma loja de ferragens local, Lami Dogru, puxou ferramentas de sua loja destruída e começou a trabalhar com um torno de aperto e um martelo.

"Comecei por ali", disse ele, apontando para a casa do sobrinho, depois de um monte de concreto quebrado com canos e um poste de luz espalhados ao lado de aparelhos de ar-condicionado, cadeiras e grades de ferro retorcidas, empilhados sobre pedaços de alvenaria. "Consegui salvar três pessoas, embora uma delas fosse meu primo, que perdemos."

Dogru tentou ter esperança sobre o futuro de Samandag e que o governo ajudaria a reconstruí-la. "Levará uma década para que as coisas voltem a ser como eram, se o Estado ajudar", disse ele. "Senão, talvez possa levar até 15 anos. Era realmente uma cidade bonita."

Nos dias que se seguiram aos terremotos, muitos dos que sobreviveram deixaram Samandag, trocando os escombros de suas casas por cidades maiores. Baris e seus pais estão discutindo se ficarão. "Quando estávamos esperando na fila do necrotério, a primeira pergunta que nos fizeram foi: 'O que vocês vão fazer depois de enterrar seus mortos? Vocês vão embora?'"

Dias depois de recuperar os corpos de seus avós, transportando-os eles mesmos para o necrotério em sacos laranja improvisados, pois não havia ninguém para ajudá-los, eles voltaram para iniciar os preparativos do enterro. "Quando procuramos meus avós no necrotério, encontrei Gonul Sakalli e sua filha deitadas uma ao lado da outra em seus sacos de cadáveres", disse Baris. "Estávamos abrindo os sacos para identificar as pessoas e as encontramos. De repente, percebi que grande parte da minha infância em nosso bairro foi apagada." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Com aliados assim...

GOVERNABILIDADE Além de ministros enrolados, o União Brasil ameaça causar problemas a Lula no Congresso

POR ANDRÉ BARROCAL

Campo Formoso, município baiano de 70 mil habitantes a 400 quilômetros de Salvador, deu 71% dos votos a Lula contra Jair Bolsonaro, mas teria sido diferente se dependesse do principal cacique político local, Elmar Nascimento, segundo deputado federal mais votado da Bahia. Na campanha, Nascimento disse em um comício que o capitão enfrentava um time que "só tem condenado ou ex-presidiário". Em dezembro, com Bolsonaro ainda no poder, coube a ele, líder na Câmara de um dos maiores partidos brasileiros, o União Brasil, cuidar da mudança na Constituição que permitiu a Lula passar por cima do teto de gastos em 2023 e cumprir promessas eleitorais, entre elas o Bolsa Família de 600 reais. A proposta havia sido aprovada dias antes no Senado para valer por dois anos, e Nascimento cortou o prazo pela metade. Quer dizer, logo o Palácio do Planalto terá de pedir novamente aval aos parlamentares para honrar a palavra, o que sempre tem um preço.

Uma semana após o serviço, o deputado de 52 anos ficou uma fera. Lula concluiu a montagem do ministério, entregou três pastas ao União Brasil, para conseguir apoio no Congresso, e nenhuma contemplou o parlamentar. Em resposta, Nascimento avisou que a bancada seria "independente". Bizarro. Um partido abriga três ministros (dois deles envolvidos em rolos, aliás) e um dos líderes ameaça adotar uma postura que, em certos casos, significa engrossar a oposição. O União Brasil se vê como fiel da balança na Câmara: se apoiar, Lula terá maioria de votos, do contrário, o petista vai penar. Gleisi Hoffmann, a presidente do PT, e Luciano Bivar, do União Brasil, têm lavado roupa suja em público por causa do que a petista chama de "falta de entrega" do aliado. "Falta de entrega" que Gleisi identifica, por exemplo, na votação da mudança constitucional do Bolsa Família e do teto de gastos, relatada por Nascimento.

Na bronca com o lulismo, o deputado comentou dia desses a portas fechadas que, se o governo não o trata com respeito, não espere ser respeitado. Deixou a impressão de estar pronto para mandar um recado em alguma votação importante. Tradução: impor uma derrota ao Executivo. Talvez na Medida Provisória baixada por Lula que acaba com a vida boa de grandes empresas devedoras do Fisco num tribunal administrativo conhecido como Carf, batalha de mais de 50 bilhões de reais por ano. Da forma como a MP foi concebida pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, Nascimento não topa aprová-la. Será que um acordo selado perante o Supremo Tribunal Federal na terça-feira 14 por Haddad e a Ordem dos Advogados do Brasil, autora de ação judicial contra a medida, inibirá o parlamentar?

Elmar Nascimento, líder do partido na Câmara, tem mandado recados ao Palácio do Planalto

A beligerância do líder do União Brasil tem tudo para aumentar, graças a um relatório no forno da Controladoria-Geral da União. O documento, segundo apurou *CartaCapital*, trata da Codevasf, companhia responsável por obras hídricas no Nordeste e em áreas da Região Norte e de Minas Gerais. De algum modo, o texto associa Nascimento a irregularidades na empresa. Dona de um orçamento anual de 2,2 bilhões de reais, a Codevasf é desde 2019, primeiro ano de Bolsonaro, comandada por um engenheiro, Marcelo Moreira, indicado pelo parlamentar baiano. Nos últimos anos, choveram notícias de malfeitos na estatal, analisada com lupa pelo governo de transição, entre novembro e dezembro. Perto da eleição e em meio à campanha, a Polícia Federal havia realizado uma operação em duas etapas, a Odoadro, contra suspeitas de corrupção na companhia.

DEMOCRATAS E PABLO DE ROY/MCOM

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 26

Golpismo. Os financiadores dos atos terroristas estão na mira. Faltam outros responsáveis

Dor de cabeça. Juscelino Filho é acusado de se beneficiar de emendas parlamentares. Nascimento tem obsessão pela Codevasf

Não será surpresa se Nascimento surgir, na auditoria da CGU, ligado a irregularidades na estatal. Em dezembro passado, a Controladoria-Geral finalizou um relatório sobre doações de equipamentos pela Codevasf na Bahia e, ao desfiá-lo, chega-se ao deputado. Os auditores examinaram nove doações de maio de 2022. Encontraram problemas em duas. Um desses casos se debruçava sobre o uso de um caminhão de 441 mil reais. "O equipamento doado à Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Cubículo, com sede no município de Cocos, foi localizado em propriedade privada pertencente ao presidente da associação, que também é vereador do referido município", diz o relatório. De um representante da associação, os auditores ouviram que o caminhão seria "cedido para seis comunidades da região, mediante cobrança de aluguel e taxas". Ou seja, entes privados receberam doação comprada com verba pública e iriam alugá-la em proveito próprio. "Risco de aferição de

vantagens indevidas", anotaram os auditores. Uma resolução de abril de 2022 da Codevasf na Bahia dizia que "o objeto desta doação não poderá ser utilizado para outras finalidades senão as de interesse social, sem fins lucrativos".

O dono da propriedade onde o caminhão estava é Gregson Luz, vereador pelo União Brasil em Cocos, cidade de 18 mil habitantes a 900 quilômetros de Salvador. Luz, contador de 46 anos, elegeu-se em 2020. Tinha concorrido antes, sem sucesso, em 2008. Nas duas disputas pertencia ao DEM, a sigla original de Nascimento. No fim de 2021, o DEM uniu-se ao PSL, o partido bolsonarista da eleição de 2018, para formar o União Brasil. Luz é cabo eleitoral de Nascimento. Em 6 de agosto, dez dias antes do início da campanha de 2022, os dois estiveram juntos em um evento em Cocos. "Elmar já tem uma história em nossa cidade, já votamos, já trabalhamos para Elmar Nascimento e já fomos agraciados por suas emendas parlamentares", afirmou o correligionário.

Emendas parlamentares, aqueles gastos inseridos nas contas públicas por deputados e senadores, jorraram no governo Bolsonaro por conta do orçamento secreto, proibido pelo Supremo em dezembro. A Codevasf era um dos dutos. Era tanto dinheiro para emendas que estas se tornaram objeto de comércio. É o que se comenta nos corredores do Congresso. Há quem diga que o "comércio" ajudou um correligionário de Nascimento no União Brasil, Adalberto Rosa Barreto, o Dal, a eleger-se pela primeira vez para a Câmara no ano passado como o décimo deputado federal mais votado da Bahia. No início de 2022, o Ministério Público Eleitoral havia aberto uma investigação contra Nascimento por abuso de poder econômico, em razão de denúncia de uso da influência na Codevasf para cooptar cabos eleitorais, via emendas. O deputado tem obsessão antiga com a estatal. Um de seus primeiros projetos de lei ao chegar à Câmara, em 2015, sugeria ampliar a área de atuação da estatal.

Juscelino Filho (Comunicações) e Daniela Carneiro (Turismo) andam acossados por denúncias

Um articulador político do governo Lula diz: a relação com o Congresso será tensa, agora que não há mais orçamento secreto, fonte de poder de Arthur Lira, o presidente da Câmara a quem Nascimento serve como soldado. Na eleição, o líder do União Brasil chegou a dar uma entrevista para ameaçar abertamente o Supremo: se a Corte acabasse com o orçamento secreto, o Congresso iria acabar com o orçamento do tribunal. Segundo o articulador lulista, a mágoa do parlamentar com o governo significa o óbvio, o União Brasil quer ser valorizado e ter mais cargos, pois de fato é uma sigla robusta. E se o deputado crê que não se tornou ministro por veto do PT da Bahia, berço do chefe da Casa Civil, Rui Costa, e do líder do governo no Senado, Jaques Wagner, é só meia verdade. Pesou na escolha de Waldez Góes para o Desenvolvimento Regional a opinião de governadores do Norte e do Nordeste.

O Desenvolvimento Regional é a pas-

Indicações. Daniela Carneiro, ministra do Turismo, cultiva amizades suspeitas. Góes, do Desenvolvimento Regional, tem o aval de Alcolumbre

REDES SOCIAIS E MTUR

ta que controla a Codevasf. Nascimento queria o cargo. Nas negociações de Lula para montar o ministério, os governadores do Norte e do Nordeste defendiam alguém do MDB no posto, mas o partido preferiu os Transportes, com o senador Renan Filho, de Alagoas. Góes era governador do Amapá e havia dirigido o consórcio dos estados do Norte. Para ser ministro, foi apadrinhado pelo senador Davi Alcolumbre, do mesmo estado. Alcolumbre é do União Brasil e espécie de eminência parda no Senado. Tirou proveito, e muito, do orçamento secreto, quando comandou a Casa, de 2019 a 2020. É nele e em Bivar que os articuladores políticos lulistas apostam para arrastar o partido ao governismo contra resistências criadas por Nascimento e pelo secretário-geral da sigla, ACM Neto, ex-prefeito de Salvador.

Os outros dois ministérios, Comunicações e Turismo, entregues à legenda podem ser usados para buscar votos de parlamentares de outras agremiações. Até daqueles que apoiaram Bolsonaro e, por ora, são de oposição, caso do PL, Republicanos e PP (de Lira), donos de 187 cadeiras na Câmara (36% do total). Será uma tarefa arriscada, diante do, digamos, currículo de Juscelino Filho, à frente das Comunicações, e de Daniela Carneiro, que comanda o Turismo.

Juscelino Filho, médico e empresário de 38 anos, é deputado desde 20015 pelo Maranhão. Foi vice-líder do governo Temer na Câmara. Sobre ele pairam suspeitas de que adora arranjar, em Brasília, emendas parlamentares para a cidade onde a irmã é prefeita, Vitorino Freire, de 30 mil habitantes, um modo de a verba ser repartida, no fim das contas, com parentes e empresários amigos. Um dos casos estranhos é de uma emenda de 5 milhões de reais para providenciar uma estrada até a porta da fazenda da família. Juscelino é ainda devedor do Banco do Nordeste (831 mil reais) e, supostamente, falseou informações, perante a Justiça Eleitoral, de prestação de contas sobre gastos com helicóptero na campanha do ano passado.

E Daniela Carneiro? A deputada e pedagoga de 47 anos foi a campeã de votos no Rio de Janeiro em 2022. É esposa de Wagner dos Santos Carneiro, prefeito de Belford Roxo, cidade da Baixada Fluminense. Wagner, o "Waguinho", apoiou Lula na eleição, ambos participaram de comício juntos. A maioria dos bairros de Belford Roxo é dominada por milícias, conforme pesquisa do ano passado de uma organização de direitos humanos atuante na região, a Direito à Memória e à Justiça Racial. Vários milicianos apoiaram a candidatura de Daniela à Câmara, gente com passagem pela polícia com várias acusações nas costas. Nada, porém, forte o suficiente para justificar tirá-la do governo, conforme dito há algumas semanas por Rui Costa.

No campo minado (para o governo) do União Brasil, há ainda os "conjes" Sergio Moro, senador, e Rosângela Moro, deputada. Uma dupla que não pode nem ouvir falar em facilitar a vida do PT. Ao *Globo* da terça-feira 14, Bivar declarou: "Quem se sentir incomodado poderá sair sem qualquer prejuízo".

A porta da rua é serventia da casa.

Nem barbárie nem insegurança

ENTREVISTA O governo vai unir equilíbrio fiscal e responsabilidade socioambiental, diz o ministro Alexandre Padilha

A ALISSON MATOS E THAÍS REIS OLIVEIRA

Alexandre Padilha, ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, é o retrato da urgência do governo. Em última instância, caberá a Padilha polir as relações congressuais que permitirão ao Executivo tirar do papel uma agenda ambiciosa. A lista inclui, entre outros, a reforma tributária, o novo marco fiscal, a reorganização dos programas sociais, a atualização da lei de incentivo à cultura, regras de combate à mudança climática e a criação de um arcabouço jurídico que puna quem ousar dar um golpe como em 8 de janeiro. Padilha, claro, tem pressa. E confiança. "Vamos experimentar novamente", diz, "a combinação de três fatores que aconteceram nos oito anos anteriores do governo Lula: crescimento, redução da desigualdade e equilíbrio das contas públicas." A íntegra da entrevista pode ser assistida em www.cartacapital.com.br.

Juros e Banco Central

Não deve ser tabu o presidente da República, a imprensa, os comentaristas, acadêmicos e o próprio Congresso debaterem a taxa de juros. A lei que garante a autonomia estabelece objetivos muito claros para o Banco Central. Eles são quatro: estabilidade eco-

nômica, efetividade do sistema financeiro, suavização da flutuação da atividade econômica e fomento ao pleno emprego. Será que faz sentido o Brasil ter a taxa de juros que tem hoje? Quando se desconta a inflação, ela é muito desproporcional àquela praticada em outros países. Influencia o custo de investimento dos empresários e, por consequência, a geração de empregos.

Com o presidente Lula, o País voltou à Copa do Mundo da política internacional. Estamos criando um ambiente muito positivo para trazer investimento e voltar a crescer, mas a taxa de juros não pode ser uma barreira. Não existe, porém, nenhuma discussão no governo para mudar a atual lei de autonomia do Banco Central. O que existe é um debate público comum em todos os países do mundo.

Política econômica

Vamos experimentar novamente, não tenho dúvidas, a combinação de três fatores que aconteceram nos oito anos anteriores do governo Lula: crescimento, redução da desigualdade e equilíbrio das contas públicas. Qual a situação atual? Primeiro, o Brasil reposiciona-se no mundo e volta a ser um polo de atração do investimento externo. Depois, o País torna-se protagonista nos debates da agenda ambiental. Não vejo, no momento, nenhum cenário de esgotamento da capacidade do setor privado de ofertar crédito. Há instrumentos, tanto nacionais quanto internacionais, novos mecanismos de financiamento da atividade produtiva, novos recursos. Os bancos públicos não precisam concorrer com os privados, existe, ao contrário, a possibilidade de combinação entre eles. Isso em um ambiente de sinergia entre a responsabilidade fiscal e a responsabilidade socioambiental. Um país sem responsabilidade socioambiental vive na barbárie. É o que vemos na tragédia Yanomâmi em Roraima. Um país sem responsabilidade fiscal gera insegurança. Não queremos nenhuma das duas coisas: nem barbárie nem insegurança.

União Brasil

Tínhamos o desafio, na montagem inicial do governo, de combinar algumas diretrizes, a começar pela diversidade. Este é o ministério com o maior número de mulheres e negros da história, embora ainda não seja o ideal ou o adequado. Todas as regiões do País estão representadas na equipe. No caso do União Brasil, os nomes foram indicados não só pelo senador Davi Alcolumbre, mas também pelo presidente da legenda e líderes de bancadas regionais. Tivemos a primeira reunião do conselho político da coalizão, com 17 partidos na mesa. Alguns com quadros indicados para o governo, outros que nem vão indicar nomes, mas querem debater, interagir. É uma frente extremamente ampla.

Reforma tributária

Não estabeleço prazos no Congresso e não posso afirmar que a reforma tributária será aprovada até o meio do ano. Acredito, porém, que ela passará, dado o sentimento de urgência em torno do assunto. O governo, acho, acerta na estratégia. Em vez de elaborar um novo projeto, busca aproveitar aqueles que estão no Congresso. Saúdo a iniciativa do presidente da Câmara, Arthur Lira, de criar um grupo de trabalho para unificar as duas propostas que tramitam na Casa. Também é possível aproveitar as discussões anteriores no Senado. O ambiente é positivo. Não é só vontade do Executivo. Segmentos econômicos e até partidos de oposição querem avançar na discussão. Talvez não seja a reforma ideal, mas será a possível. É importante dar um passo à frente para reduzir os impostos dos mais pobres, de quem vive de salário, e simplificar o sistema para estimular os empresários a investir e gerar empregos.

> “É importante dar um passo à frente para reduzir os impostos dos mais pobres”

Pautas prioritárias

É importante consolidar a resposta ao golpe de 8 de janeiro. Estava em Brasília naquele dia. Fui para o gabinete do Flávio Dino, ministro da Justiça. Conseguimos estancar por meio da ação institucional e política. Foi um fato essencial, 24 horas depois, ter os 27 governadores reunidos no Palácio do Planalto. E, após 48 horas, o Congresso aprovar a intervenção federal. Bem, o mundo discute como regular e impedir que ameaças às instituições sejam organizadas pelas redes sociais. Há um projeto, aprovado no Senado e em discussão na Câmara, sobre *fake news*. Iniciamos um diálogo com o deputado Orlando Silva, um dos relatores. Queremos combater esses crimes. Além disso, há o novo marco fiscal. Em abril, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve apresentar uma proposta ao Congresso. O projeto visa estabelecer regras que ultrapassem governos, garanta segurança aos investimentos. Há ainda os temas relacionados à cultura. Acabo de sair de uma conversa com a ministra Margareth Menezes. Vamos trabalhar na criação de uma nova lei de fomento, que chegue aos pequenos produtores. Temos mais de 6 bilhões de reais para investir no setor. Sem falar na agenda ambiental, no combate às mudanças climáticas. •

GUSTAVO BEZERRA/PT NA CÂMARA

O cerco se fecha

JUDICIÁRIO A AGU cobra ressarcimento de 20,7 milhões de reais dos financiadores do levante golpista de 8 de janeiro

POR FABÍOLA MENDONÇA

O cerco aos golpistas que devastaram Brasília em 8 de janeiro começa a se fechar. Pouco mais de um mês depois do quebra-quebra na Praça dos Três Poderes, a Advocacia-Geral da União, em uma Ação Civil Pública protocolada junto à Justiça Federal do Distrito Federal na segunda-feira 13, pediu a condenação definitiva de 54 pessoas, três empresas, um sindicato e uma associação. Na peça, pede-se um ressarcimento aos cofres públicos de 20,7 milhões de reais, em decorrência dos prejuízos causados com os atos terroristas que destruíram instalações do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e da Suprema Corte. Segundo a AGU, os envolvidos custearam os ônibus fretados para transportar os golpistas de seus estados até Brasília e, portanto, foram decisivos para o vandalismo praticado pelos manifestantes.

"A aglomeração de pessoas com fins não pacíficos só foi possível graças ao financiamento e atuação das pessoas listadas no polo passivo, o que culminou nos atos de vandalismo às dependências dos Três Poderes da República. Tais pessoas possuíam plena consciência de que o movimento poderia ocasionar o evento tal como ocorrido, de modo que a responsabilização civil é medida que se impõe, e em regime de solidariedade com quem mais deu causa ao dano ao patrimônio público", diz um trecho da Ação Civil Pública, destacando que o financiamento golpista pode ser enquadrado no artigo 942 do Código Civil. "A partir desse transporte e aglomeração de manifestantes é que se desenrolou toda a cadeia fática que culminou com a invasão e depredação de prédios públicos federais."

O montante de 20,7 milhões de reais corresponde a cálculo preliminar do prejuízo, com base em documentos do Executivo, Legislativo e do STF. O valor ainda não é definitivo, pode aumentar, já que o levantamento e a apuração da destruição seguem em curso. Por enquanto, os danos levantados pelo Senado são de 3,5 milhões de reais e, pela Câmara, 3,3 milhões de reais. No STF, o prejuízo é estimado em 5,9 milhões de reais e no Palácio do Planalto, em 7,9 milhões de reais.

Dos financiadores, a maioria é de São Paulo, Paraná e Minas Gerais e entre as pessoas físicas muitos são políticos. Das empresas, uma tem sede no Tocantins, outra em Mato Grosso e a terceira no Paraná, assim como a associação e o sindicato. Foram anexados ao processo panfletos utilizados pelos acusados, convocando os manifestantes para ir a Brasília. "É adequado falar que num regime democrático, como no sistema brasileiro, contrariam os costumes da democracia e a boa-fé a convocação e o financiamento de um movimento ou manifestação com intento de tomada do poder, situação essa que evidencia a ilicitude do evento ocorrido."

> A peça pede a condenação de 54 indivíduos, três empresas, um sindicato e uma associação

Além do artigo 942 do Código Civil, a AGU convoca os artigos 186, 187 e 927 do mesmo código para enquadrar os acusados. O 942 diz que "os bens do responsá-

vel pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação". A AGU já havia solicitado o bloqueio de bens dos acusados e de outros suspeitos. Os demais artigos da ação versam sobre a reparação social ou econômica daqueles que, por "ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violarem direitos e causarem dano a outrem" ou "cometem ato ilícito ou excedem os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes". A AGU intima o Ministério Público a intervir na acusação. A expectativa é de que a Justiça do DF dê uma resposta rápida à ação, provas não faltam.

JOEDSON ALVES/ABR E FELLIPE SAMPAIO/STF

Fatura. O prejuízo aos cofres públicos ainda está sendo apurado. Cármen Lúcia, do STF, despachou dois inquéritos contra Bolsonaro para a primeira instância

A iniciativa da AGU não é, porém, de responsabilização criminal, e sim administrativa. O objetivo é assegurar o ressarcimento à União pelo prejuízo na depredação dos prédios públicos. Os acusados devem responder criminalmente nas investigações que seguem nos sete inquéritos instaurados pelo Supremo Tribunal Federal. Mais de 600 pessoas foram denunciadas pela Procuradoria-Geral da República, dentre elas três deputados federais. Outros dois inquéritos tam-

Ensaio. Os atos de 7 de setembro de 2022 serviram para preparar a turba para o assalto às sedes dos Três Poderes

bém deveriam ser instaurados no Supremo Tribunal Militar, para apurar a participação de oficiais e praças do Exército nos atos golpistas. "Mas a acusação lá não será de golpe, querem colocar no âmbito de indisciplina", explica Francisco Teixeira, professor de História Contemporânea da UFRJ e professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Da parte do Ministério da Justiça está em curso a Operação Lesa-Pátria, que não tem prazo para acabar e promete investigar com rigor todos os envolvidos. Na terça-feira 14, a Polícia Federal, em cumprimento a uma determinação do STF, realizou oito mandados de prisão preventiva e 13 de busca e apreensão contra financiadores e participantes dos atos de 8 de janeiro. A operação aconteceu nos estados de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Sergipe e São Paulo. A Polícia Federal atua em pelo menos quatro frentes de investigação. A primeira mira os que incitaram e participaram das manifestações e são responsáveis pelos danos materiais. A segunda apura a omissão da Polícia Militar do Governo do Distrito Federal, que não impediu o vandalismo, enquanto a terceira quer saber quem são os mentores intelectuais dos atos e a última frente está de olho nos financiadores.

Em relação à responsabilidade da PM, o relatório de Ricardo Cappelli, interventor da Segurança Pública do DF, é revelador. Mostra a leniência dos policiais e a inércia do ex-secretário de Segurança Pública e ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, Anderson Torres, preso por envolvimento nos atos golpistas e que guardava em sua residência um documento que previa a decretação do Estado de Defesa, a minuta do golpe. Cappelli diz que o documento é o ponto de partida para as investigações e que o acampamento que permaneceu instalado por dois meses no QG do Exército em Brasília é uma peça central para compreender não só o 8 de janeiro, mas ações terroristas que antecederam a destruição da Praça dos Três Poderes, como a bomba encontrada próximo ao aeroporto e o incêndio criminoso de um ônibus em Brasília, ambos em dezembro passado. Para Cappelli, o acampamento era uma espécie de incubadora de planos golpistas.

O relatório mostra que, dois dias antes dos atos do dia 8, Torres teria sido avisado sobre a iminente invasão à Praça dos Três Poderes e que, mesmo assim, não montou um planejamento operacional capaz de conter os manifestantes. O documento mostra que apenas 150 homens faziam a segurança do Palácio do Planalto e muitos comandantes e subcomandantes da PM estavam de férias, além de que o então secretário mudou parte do núcleo de Segurança Pública e, na sequência, viajou para os EUA de férias, gerando instabilidade. "Uma parte importante do batalhão estava de férias e uma montagem operacional desse contingente era absolutamente inadequada, com padrões operacionais estranhos ao que a PM costuma praticar. Você soma isso a uma invasão ao Palácio do Planalto sem que houvesse a resistência ou a proteção que usualmente acontece. Trata-se de uma sucessão de fatores que nos leva a refletir sobre o que aconteceu. Não me parece que tenha sido apenas uma coincidência de erros", disse Cappelli à *Folha de S.Paulo*. O relatório foi entregue ao STF, à Polícia Federal, ao Ministério Público e ao governo do Distrito Federal, onde foi instalada uma CPI para apurar os atos terroristas de dezembro e do dia 8 de janeiro.

Os deputados acusados de participa-

ção nos atos e que constam na denúncia da PGR são André Fernandes e Silvia Waiãpi, ambos do PL, e Clarissa Tércio, do PP. Eles serão investigados pelo STF, mas dificilmente sofrerão sanções da Câmara. "Se não forem cassados pelo Parlamento, o que é quase impossível, somente perderão seus mandatos se condenados a mais de 8 anos de prisão pelo STF, o que também parece difícil. Ou seja, vida mansa para eles", comenta o jurista Lenio Streck. Líder do PT na Câmara Federal, o deputado Zeca Dirceu não vê clima para cassação dos parlamentares golpistas. "Vou defender junto à bancada do PT, da federação, que devemos primeiro aguardar o desenrolar dos inquéritos, das investigações no Judiciário e que, inclusive, são fruto da nossa denúncia."

Está nas mãos do presidente Lula a minuta de um Projeto de Emenda Constitucional a prever uma espécie de "lei antigolpe" e a criação da Força Nacional, cuja formação será civil e não militar, em substituição da Força de Segurança Nacional. A proposta foi preparada pelo Ministério da Justiça e deve ser encaminhada ao Congresso Nacional ainda neste primeiro semestre. "Não posso falar do teor da proposta, porque o governo ainda não definiu todos os seus detalhes. Mas, da nossa bancada, vai haver um esforço, uma dedicação muito grande, para esclarecer o que é a proposta e articular com os demais partidos. Alguma medida precisa ser feita para que atos terroristas criminosos não prosperem nunca mais na história do País", destaca Dirceu.

Com os processos na primeira instância, Bolsonaro fica mais vulnerável a medidas cautelares, como a prisão preventiva

Segundo Francisco Teixeira, a recriação da Guarda Nacional, existente no período do Império, tem mexido com os ânimos das Forças Armadas. "Está causando muita preocupação entre os militares por ser uma força civil, um braço armado do Ministério da Justiça que não dependeria das PMs nem do Exército para a proteção da Presidência da República. Isso é algo que já existe na França, no Chile, na Itália, nos EUA e talvez seja uma experiência bastante interessante no momento", explica. Outro ponto que está no radar do governo Lula para impedir golpes é a regulação das redes sociais para evitar a disseminação de mensagens golpistas e de ódio na internet.

REDES SOCIAIS, MICHEL JESUS/AG. CÂMARA, MARCOS CORRÊA/PR E ISAC NÓBREGA/PR

Livres. André Fernandes, Silvia Waiãpi e Clarissa Tércio dificilmente perdem os mandatos

O grande número de denúncias enviadas ao STF pela PGR sobre os atos golpistas pode sobrecarregar a pauta do Supremo. Cogita-se a criação de uma força-tarefa com a convocação de juízes para tocar os processos. O ministro Alexandre de Moraes, responsável pelos inquéritos, descarta distribuir os processos para outras instâncias do Judiciário, o que evitaria a possível paralisação do julgamento ou contaminação política dos casos por juízes da primeira instância.

Envolto nos inquéritos dos atos golpistas, o STF está remetendo para a Justiça Comum as ações que investigam o ex-presidente Jair Bolsonaro, sem foro privilegiado desde que deixou o cargo no fim de dezembro e se autoexilou na Flórida. Já são dez processos redistribuídos para a Justiça Federal, do Distrito Federal e Territórios. Entre as ações, a ministra Cármen Lúcia enviou cinco casos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que tratam da utilização da máquina pública nos atos antidemocráticos do dia 7 de setembro de 2021. A ministra também redistribuiu a ação que questiona uma motociata realizada por Bolsonaro em Orlando, nos Estados Unidos.

"Bolsonaro tem pela frente uma série de preocupações, porque conta agora com juízes e procuradores de primeiro grau, os mais diversos, e que muitas vezes têm maior rigor, sem o componente político. Pode ter a simpatia de um ou de outro, mas isso não é o mais importante. O importante é a gravidade das questões que serão investigadas e processadas, algo muito significativo", avalia o jurista Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay. "Parece que os últimos tempos serviram para ideologizar a Justiça. Esperamos que as placas tectônicas se acomodem e tenhamos serenidade. Isto é, um Ministério Público que atue por princípios, não por atos estratégicos, além de juízes que julguem com base na lei, não por convicção pessoal", completa Streck. •

Clube do Bolinha

GÊNERO Pesquisa inédita revela um péssimo prognóstico para o avanço da agenda feminista no Congresso

POR MARIANA SERAFINI

O Congresso empossado no início de fevereiro está mais distante do que nunca da agenda das mulheres. É o que revela uma pesquisa inédita do Centro Feminista de Estudos e Assessorias, conhecido pela sigla Cfemea, sobre o perfil dos parlamentares eleitos, e divulgado em primeira mão por *CartaCapital*. Mesmo diante da luta dos movimentos populares para tornar as Casas Legislativas mais plurais, o avanço é tímido, quase imperceptível. Dos 513 deputados eleitos, somente 91 são mulheres, duas delas trans. No Senado, as brasileiras ocupam 11 das 88 cadeiras. A representação feminina no Parlamento é menor que a verificada no patriarcal reino da Arábia Saudita, regido pela lei islâmica. Para as pesquisadoras responsáveis pelo estudo, a eleição de 2022 só "manteve a hegemonia masculina".

A desigualdade não é meramente numérica. Mesmo com a eleição de mais mulheres nos últimos pleitos, a agenda feminista segue enfraquecida. "Há uma diferença entre 'políticas de presença' e 'políticas de ideias'", explica Denise Mantovani, coordenadora da pesquisa. "A luta pela presença é fundamental porque as pessoas precisam se ver representadas nos espaços de poder. Ter mais mulheres, inclusive negras e transexuais, faz as brasileiras se enxergarem no Parlamento. Mas a representatividade não é um fim em si. É preciso que essa presença esteja associada a uma agenda."

O estudo *Perfil Parlamentar Sob a Ótica Feminista (2023-2026)* avaliou o posicionamento de todos os deputados federais e senadores eleitos com relação às temáticas de gênero. A metodologia adotada foi a análise dos discursos dos então candidatos nas redes sociais durante o período oficial de campanha, entre agosto e outubro de 2022, a partir de um recorte transversal. Após se debruçarem sobre o vasto material, a socióloga Milena Belançon e as cientistas políticas Maíres Barbosa e Mari Mesquita concluíram que o cenário é bem pior do que se imaginava. "Os brasileiros elegeram um Congresso Nacional mais conservador do que nunca em

Hegemonia. Nem a Arábia Saudita tem tantos homens no controle do Parlamento

PAULO SERGIO/AG. CÂMARA

temas relacionados a direitos sexuais e reprodutivos, violência contra a mulher, concepção de família, posicionamento sobre o cuidado, religião e posições antigênero. Os parlamentares eleitos no último pleito, em 2022, vão perpetuar muito do que o fascismo semeou nos últimos quatro anos do governo de Jair Bolsonaro: retrocesso, preconceitos e perda de direitos", prevê o relatório.

Apesar da vitória de Lula com 60,3 milhões de votos, as maiores bancadas eleitas, na Câmara e no Senado, são do PL, o partido de Bolsonaro. Doutora em Ciência Política e pós-doutora em Estudos Feministas Interseccionais pela UnB, Mantovani ressalta que a extrema-direita conseguiu, de fato, deixar a sua marca na política institucional. "Não que ela não existisse antes, mas nos últimos anos veio crescendo e agora ocupou espaços da esfera pública", observa a pesquisadora. "É preocupante perceber que parlamentares com essa perspectiva de exclusão, de ataque aos direitos humanos e confrontação à igualdade de gênero, aos direitos sexuais e reprodutivos, estejam se consolidando no campo institucional."

A pesquisa do Cfemea é dividida em cinco eixos temáticos: "Posicionamento religioso", "Estado laico", "Família", "Violência" e "Aborto e violência sexual". O Congresso é majoritariamente religioso: 63% dos parlamentares fizeram questão de destacar suas crenças durante a campanha; no Senado, foram 56%. Como o estudo contou ainda com um questionário, foi possível identificar que 89 deputados são contra a ideia de que "religião e política não devem se misturar". Ou seja, 17,35% dos votos na Câmara podem estar contaminados por convicções de ordem religiosa. Somente 36 parlamentares se posicionaram favoráveis a essa afirmação.

Em relação à família, os congressistas reafirmaram posições conservadoras, sobretudo aqueles ligados à bancada do agronegócio. Ao menos 82 parlamentares se manifestaram contrários ao reconhecimento de famílias lideradas por mulheres solteiras ou por casais LGBTQIA+. Eles costumam utilizar a expressão "família tradicional" para defender um núcleo familiar formado por um homem e uma mulher, ambos cisgênero, e dispostos a criar filhos. Destes, 11 acreditam que o cuidado com os filhos deve ser uma atribuição apenas das mulheres, e outros 71 sugerem ser "potencialmente contrários à ideia de divisão quantitativa" desse cuidado.

O estudo do Cfemea analisou os discursos dos parlamentares eleitos nas redes sociais durante a campanha de 2022

A agenda com maior adesão dos parlamentares é o enfrentamento à violência doméstica. A Lei Maria da Penha é explicitamente apoiada por 130 deputados, e outros 128 se mostraram potenciais apoiadores. Ou seja, ao menos metade dos integrantes da Câmara mostra-se disposta a defender a causa. "A violência doméstica é transversal e atinge todas as mulheres, ricas ou pobres, brancas ou negras. Claro que o recorte de classe e raça intensifica o problema, mas esse é um ponto que pode possibilitar alianças", diz Mantovani. O machismo não é, porém, reconhecido como um problema estrutural, que agrava o cenário de insegurança das brasileiras.

O aborto ainda é um tabu. Apenas 3,12% dos deputados eleitos se declaram a favor da interrupção da gravidez por decisão da mulher até a 12ª semana de gestação, e todos eles pertencem ao campo progressista. No caso das mulheres vítimas de estupro, dos 125 parlamentares contra o aborto apenas 30 continuam sustentando a opinião. O Senado é ainda mais reacionário. Nenhum eleito se mostrou favorável à ampliação desse direito.

"O aborto é o grande pânico moral que orienta todo o conjunto do campo cristão. Unidos em torno dessa pauta, eles fazem vista grossa para todos os crimes, todos os ataques aos direitos das mulheres, da população LGBTQIA+, e até para o envolvimento de milícias na política institucional", denuncia Jolúzia Batista, integrante da equipe do Cfemea.

O objetivo da pesquisa, segundo Mantovani, também é encontrar pontos de convergência. "Apesar do cenário adverso, inclusive com a presença de uma extrema-direita violenta e misógina no Parlamento, notamos que alguns temas podem propiciar alianças. A política não é estática." •

A pressa é má conselheira

MÍDIA Regular as plataformas é indispensável para fortalecer a democracia, mas não há bala de prata contra a desinformação

POR RENATA MIELLI*

Um dos desafios atuais mais complexos e repleto de nuances é o debate sobre regulação das *Big Techs*. Somados, os valores de mercado da Alphabet, dona do Google e do Youtube, da Meta, que controla Facebook, WhatsApp e Instagram, da Apple, da Microsoft e da Amazon chegam à impensável cifra de 7 trilhões de dólares, o que colocaria essas cinco empresas, juntas, na posição de terceira maior economia do mundo, atrás apenas de China e EUA.

Essas plataformas se tornaram o espaço onde bilhões de indivíduos passaram a se expressar de forma pública. No entanto, em vez de terem qualificado o debate na sociedade – possibilitando o choque de opiniões distintas num contexto democrático –, o que temos visto é a fragmentação da esfera pública e um ambiente fértil para a proliferação de desinformação, discursos de ódio e conteúdos antidemocráticos.

Está mais do que claro o papel estratégico dessas empresas para a organização da extrema-direita. A estrutura das redes sociais e dos serviços de mensagens, como Telegram e WhatsApp, estabelece uma dinâmica de articulação entre diversos atores, na qual a hierarquia se distribui de forma eficiente e gera uma rede capilarizada de disseminação de conteúdos.

Os vários escândalos envolvendo as *Big Techs* em processos políticos e eleitorais, os impactos da desinformação na pandemia de Covid, entre outros, aprofundaram a urgência de se debruçar sobre esse tema. No Brasil, o debate de regulação das plataformas passou a ter mais abrangência com o início da tramitação do Projeto de Lei 2.630/2020, que trata de liberdade, responsabilidade e transparência na internet. Conhecido como PL das *Fake News*, só não foi apreciado no plenário da Câmara, em abril do ano passado, pela intervenção do governo Bolsonaro.

As eleições e os ataques de 8 de janeiro reaqueceram esse debate, sobretudo diante da quase omissão das plataformas, tanto na aplicação de suas políticas próprias quanto na observância da legislação nacional e nos poucos compromissos que firmaram para garantir que conteúdos de desinformação, ódio e antidemocráticos não ganhassem o alcance que tiveram.

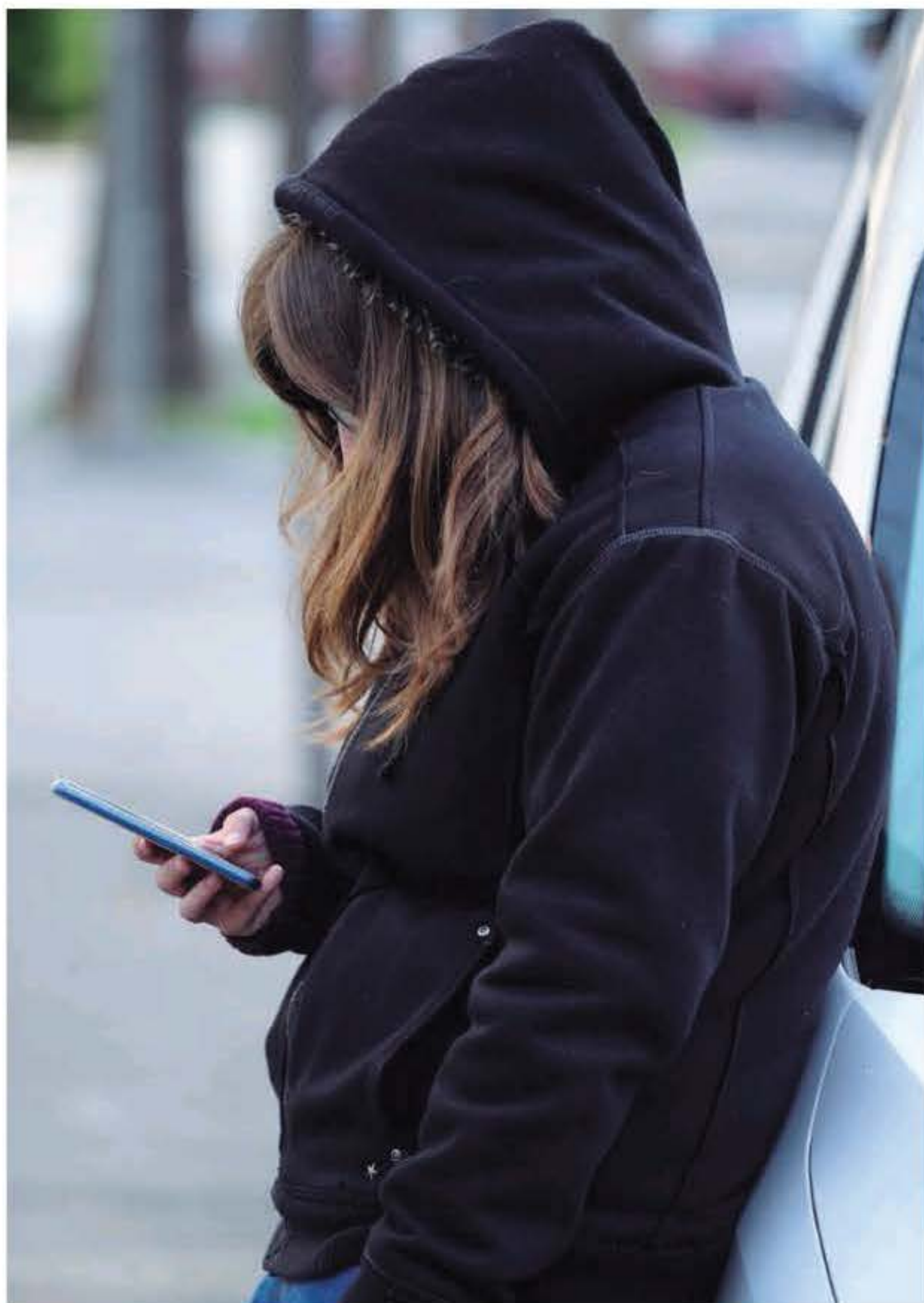
> O problema é sistêmico e tem relação com o modelo de negócios das *Big Techs*

Lula viu-se diante da necessidade de dar resposta ao problema do uso das redes para disseminar o golpismo. Surgiram rumores sobre uma possível Medida Provisória para tratar do assunto. Mas, após inúmeras manifestações de especialistas alertando para os perigos de tratar um tema de alta complexidade através de MP, o governo sinaliza buscar outro caminho.

Esse debate precisa contar com um processo de ampla escuta da sociedade: terceiro setor, academia, setor empresarial e, inclusive, agentes públicos variados. O Marco Civil da Internet é um exemplo de como uma participação ampla pode gerar uma lei que se transformou em referência internacional. A discussão precisa ser precedida de definições de escopo regulatório, quais obrigações e outras medidas adotar, sanções, responsáveis pela implementação e fiscalização da regulação, entre outros. Esses aspectos são importantes porque o objetivo da regulação é conter e não dar mais poder para empresas que já são poderosas demais.

Além disso, é preciso tomar cuidado para não transpor automaticamente modelos de responsabilidade de outros meios de comunicação para as plataformas. Quando se discute que é necessário responsabilizar civilmente as *Big Techs* pelos conteúdos postados por seus usuários, o que se tem em mente é a ideia de equiparar as plataformas às empresas jornalísticas. Mas trata-se de modelos totalmente distintos.

Nas empresas jornalísticas, a produção é própria, daí fazer todo sentido que estas se responsabilizem pelos conteúdos. No

ISTOCKPHOTO

caso das plataformas, não. Quem produz os conteúdos somos nós. A ideia de criar obrigações de monitoramento e exclusão de conteúdos e contas, e vincular essas obrigações a multas, pode gerar efeitos negativos, ao conferir a empresas privadas o papel de decidir o que circula ou não de conteúdo de forma ainda mais discricionária para evitar sanções.

Por outro lado, na medida em que o modelo de negócios dessas empresas define o que cada usuário recebe, com qual velocidade e o grau de alcance, elas não podem ser consideradas neutras nesse processo. Principalmente porque essas decisões são resultado do uso de poder econômico (impulsionamento e anúncios) e de mecanismos automatizados de seleção, relevância e recomendação.

Vale lembrar que elas já tomam decisões sobre conteúdos e contas a partir de suas políticas próprias. Os aspectos da operação das plataformas são, porém, opacos. A sociedade não conhece claramente os critérios utilizados, os mecanismos usados para moderar conteúdos, o volume de conteúdos que sofreram moderação etc. Todas informações indispensáveis para se propor um modelo regulatório que não gere incentivo para que as plataformas sejam mais proativas na remoção de conteúdos, o que pode trazer graves perigos à liberdade de expressão.

Outro cuidado é não cair na tentação de transpor de forma automática soluções regulatórias encontradas em outros países, com contextos jurídicos, sociais, culturais e econômicos diferentes dos nossos. O que pode ser considerado ideal para a Alemanha, por exemplo, pode não ser adequado para o Brasil. Diante da complexidade do tema, o mais indicado seria construir no interior do governo um espaço interministerial para articular esse debate, com a incumbência de ouvir a sociedade civil e estabelecer interface com o debate acumulado no Congresso Nacional.

A sociedade precisa compreender que não há bala de prata para acabar com a desinformação, com o discurso de ódio e com a circulação de conteúdos antidemocráticos. O problema é sistêmico e está relacionado com o modelo de negócios das *Big Techs*, cujos design e estímulo à interação são usados como fatores de captura da atenção, para maximizar o extrativismo de dados que orienta a dinâmica de distribuição e recomendação algorítmica de forma personalizada. Esta é a máquina que dá vazão à desinformação, aos discursos de ódio e antidemocráticos. •

Jornalista, doutoranda em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, coordenadora do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, integrante da Coalizão Direitos na Rede e da Câmara de Conteúdos e Bens Culturais do CGI.br.

De volta à mordaça

SANTA CATARINA Jorginho Mello sanciona lei que proíbe professor de manifestar opinião política em sala de aula

POR CARLOS SENNA

O Carnaval mal começou, mas o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, parece estar em clima de Páscoa. Eleito na garupa de Bolsonaro, ele sancionou em 8 de fevereiro uma lei que, na prática, ressuscita o reacionário movimento Escola Sem Partido, para o qual nem mesmo o ex-capitão deu tanta bola. A Lei nº18.637/2023 instituiu a "Semana Escolar de Combate à Violência Institucional Contra Crianças e Adolescentes". O nome pomposo pode enganar os incautos, mas, na prática, a proposta visa impor uma mordaça aos professores da rede pública, proibidos de manifestar qualquer opinião política em sala de aula.

Segundo o texto publicado no *Diário Oficial do Estado*, as crianças e os adolescentes têm o direito de "aprender conteúdo politicamente neutro, livre de ideologia, respeitando o pluralismo de ideias e a liberdade de consciência, assegurados pela Constituição". Os professores são orientados a não se valerem da "audiência cativa dos estudantes com o objetivo de persuadi-los a quaisquer correntes políticas, ideológicas ou partidárias". Eles tampouco devem "incitar" os alunos a participar de manifestações e atos políticos, muito menos questionar dogmas religiosos ou princípios da educação moral passada pelas famílias.

Por trás da defesa de uma educação "politicamente neutra", o Escola Sem Partido busca reforçar os valores da direita conservadora, historicamente predominante na formação escolar. Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC de São Paulo e integrante da Comissão de Direitos da Comunicação e dos Meios da OAB paulista, Letícia Frigo observa que a visão do professor como uma ameaça ao aluno parte de uma interpretação negacionista e revisionista do currículo e do sistema de ensino. "Os defensores desse projeto não são pessoas sem estudo ou que jamais leram Paulo Freire", diz. "Em vez disso, eles fazem uma leitura hipócrita e mentirosa das teorias freirianas, com o objetivo de jogar a população contra elas."

O Escola Sem Partido foi inspirado em um movimento ultraconservador norte-americano que, a partir dos anos 2000, começou a usar a internet como ferramenta para agregar "denúncias" contra autores e docentes acusados de fazer "doutrinação marxista" em instituições de ensino. De tempos em tempos, a turma cria um novo cavalo de batalha. "Pais reclamando de professores é uma coisa que existe desde a época do Padre Anchieta", observa Silvia Celeste Barbara, diretora do Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro). "No entanto, a partir de 2014, com o fortalecimento das forças de extrema-direita no Brasil, constituiu-se um movimento de grandes proporções que busca alterar legislações estaduais e municipais contra o que chamam de 'ideologia de gênero', a linguagem neutra e tópicos semelhantes." São assuntos que podem facilmente ser alvo de conclusões distorcidas, capazes de jogar os pais contra os educadores, acrescenta a sindicalista.

Caronista. O governador vai no embalo de Bolsonaro

No início de sua gestão, Bolsonaro nacionalizou o debate ao incluir o Escola Sem Partido no seu plano para os primeiros cem dias de governo. Coube ao histriônico Abraham Weintraub, então ministro da Educação, intensificar os ataques aos professores da rede pública, sempre tachados de "doutrinadores". Demitido após a revelação do áudio de uma reunião ministerial, na qual sugeriu a prisão dos "vagabundos do STF", Weintraub buscou refúgio nos EUA e a chamada "ala ideológica" do governo passou a ser liderada por Damares Alves, que focou em outros temas, co-

Mobilização. Os docentes conseguiram resistir às investidas no Congresso Nacional

GUSTAVO BEZERRA/PT NA CÂMARA E ALAN SANTOS/PR

mo negar o direito ao aborto até mesmo para as vítimas de estupro.

Apelar para pautas morais e costumes mobiliza o eleitorado. Nos EUA, Donald Trump soube explorar bem essa tática rasteira, deixando um pernicioso legado ao país. Agora, até mesmo o governador da Flórida, Ron DeSantis, que compete com Trump na indicação do Partido Republicano para disputar a presidência em 2024, lançou uma ofensiva nas escolas para censurar livros considerados "impróprios para menores", ou seja, que abordem temas relacionados a gênero e sexualidade. Bolsonaro, descrito pela mídia estrangeira como "Trump dos Trópicos", parece ter aperfeiçoado a estratégia. Sempre que um escândalo arranhava a imagem de seu governo, lá estava o capitão pautando debates irrelevantes, como o uso de banheiros unissex nas escolas.

Ex-integrante da tropa de choque de Bolsonaro no Senado, Jorginho Mello aprendeu com o padrinho a usar as pautas morais em seu favor. Em resposta a *CartaCapital*, a Secretaria de Educação de Santa Catarina buscou minimizar a participação do governador no episódio, atribuindo a decisão apenas ao Legislativo, como se Mello não tivesse o poder de vetar propostas. "O projeto foi aprovado pela maioria dos deputados para se tornar lei, porque viram na proposta mérito em manter os alunos focados no ensino e afastados de discussões ideológicas", diz o texto.

Professor universitário e sócio da PCA Advogados, Giovanni Pilosio observa que a nova lei tem linguagem imprecisa e simplória, contrária ao tecnicismo legislativo dos últimos dez anos. "Os professores catarinenses correm o risco não poder exercer de forma plena sua profissão, além de serem considerados subcidadãos pelo Estado, pois nem sequer podem exercer a livre manifestação do pensamento".

> A iniciativa do Escola Sem Partido viola a liberdade de expressão

Este foi o entendimento do STF ao julgar uma lei alagoana de 2016, muito semelhante à sancionada agora em Santa Catarina. O plenário concluiu que a legislação, com linguagem muito ampla e vaga, "dava margem para que ocorresse a imposição de uma ideologia e a perseguição daqueles que pensassem de forma diferente, o exato oposto daquilo que a lei supostamente propunha.

A autora da lei catarinense é Ana Carolina Campagnolo, do PL, deputada mais votada no estado e uma das faces mais famosas do Escola Sem Partido. Ela tornou-se conhecida nacionalmente em 2019, quando o ministro Edson Fachin, do STF, derrubou um canal que ela havia criado para reunir denúncias contra professores "inconformados com a vitória do presidente Bolsonaro", que estariam se valendo da "audiência cativa" dos alunos para expor "queixas político-partidárias". À época, Fachin avaliou que o canal visava controlar os professores e feria a liberdade de expressão. Procurada por *CartaCapital*, a deputada limitou-se a celebrar a aprovação do projeto e disse estar contente por "contribuir para a democracia ao ajudar os professores, pais e alunos a conhecerem melhor seus direitos e deveres". Amordaçados, os docentes não podem desmenti-la. Ao menos não em sala de aula. •

Na contramão

ARTIGO Enquanto Lula busca reconstruir o Estado brasileiro, o governador Ratinho Júnior intensifica o desmonte no Paraná

POR REQUIÃO FILHO*

Pode parecer clichê, mas dizer que desejo o melhor para o seu estado e para o seu País é, realmente, o que eu espero para os próximos anos. No entanto, diante das adversidades políticas que levaram à reeleição do governador paranaense em contraponto à vitória de Lula, no cenário federal, não há como demonstrar preocupação diante da diferença das promessas de campanha de cada um. São caminhos e ideias opostas, mas como isso vai se convergir e trazer algo de positivo para a população paranaense?

Torço para que esses quatro anos passem logo. É isso! Começamos o ano encarando os reflexos da atrapalhada venda da Copel, que pode ser cancelada a qualquer momento. Mas como esse revés pode atrasar o debate de pautas mais importantes para o desenvolvimento do Paraná? Não é de hoje, esse discurso privatista de Ratinho Jr. tem intensificado o desmonte do estado. Se, antes, ele tinha apoio de um presidente irresponsável, agora, vai tentar de todo jeito insistir em pautas liberais que prejudiquem o todo, mesmo que isso custe uma briga sem precedentes com o governo federal.

O primeiro grande caso dos gênios governamentais paranaenses foi a venda da Copel Telecom, cujo presidente indicado pelo governador acabou virando diretor-presidente da empresa privada no período posterior à venda. Sim! Volte e leia novamente. Foi isso mesmo o que você entendeu. O Paraná vendeu uma empresa que garantia lucro, autonomia digital e acesso para todas as escolas e instituições públicas, para pagar à mesma empresa o acesso que tínhamos quando era pública.

Passamos o mandato anterior discutindo o novo modelo de pedágio, que fez o Paraná sofrer por décadas, e que a população não viu converter em melhorias, além dos escândalos de corrupção, desvios e tentativas. O que Ratinho Jr. fez? Descontos homéricos para que as coitadas das empresas não sofressem. Sim, priorizou as concessionárias e virou as costas ao povo.

Imagine você dever bilhões e precisar apenas pagar alguns milhões? É o saldão paranaense que come solto, à custa do reajuste dos servidores públicos, para primar pela ajuda às grandes empresas. Denunciamos os valores cobrados de forma errada, escancaramos na imprensa o escândalo do degrau tarifário, mas o que o governo fez? Não cobrou! Os deputados de oposição que acabaram fazendo o pedido via Justiça por causa da omissão. Pior: o governo Ratinho Jr. elaborou um plano de pedágio novo, mais caro e perigoso, que tentam enfiar goela abaixo dos paranaenses outra vez.

> Apoiado em pomposas verbas de propaganda e bons marqueteiros, o governo paranaense prima pelo ilusionismo

Recentemente, nesse processo de desmonte do nosso estado, a venda das ações da Copel fez com que nos mobilizassem novamente. O governo do Paraná insiste em dar ares de modernidade a algo ultrapassado, que retira nossa autonomia como governo e repassa ao povo a responsabilidade em gerar lucros para as empresas. Querem privatizar a luz das casas das pessoas, medir algo tão básico com a régua do mercado. Dão desculpas como se a empresa continuasse sendo estatal, mas em qual planeta haveria um investidor privado pensando na população em vez de seus lucros?

É tão absurda a ideia que nem o governo conseguiu falar em redução de preços quando defendeu seu modelo, porque sabe que não é o objetivo da nova empresa que querem tornar a Copel. Vendem, inventam motivos: a última que o governo paranaense lançou era que precisariam agora levantar fundos para renovar as concessões das usinas da Copel. Opa, espere um pouco... O governo venderia suas ações, mas quem paga e renova a concessão é a empresa, a Copel, não a administração estadual.

Falta de conhecimento ou má-fé? É como todos os pacotes de investimentos ou as grandes obras anunciadas pelo governador do Paraná, quase sempre acompanhados de algum porém. Falam de investimento estatal, mas depois vemos que o dinheiro, na verdade, veio do governo federal ou de algum acordo judicial. Anunciam migalhas, enquanto isentam de impostos grandes empresas, sem que tenham um mínimo de controle, transparência ou possibilidade de fiscalização. Um governo ilusionista, apoiado em

Se deixar, não sobra nada para vender

RODRIGO FELIX/AEN/GOVPR

pomposas verbas de propaganda, bons marqueteiros e um governador sem pudor de mascarar uma gestão inoperante, que tenta dar pinta de "*case* de sucesso" para conseguir vender para investidores.

Enquanto isso, em Brasília, acompanhamos o começo do governo Lula. Durante a campanha tivemos dois caminhos de discurso: o primeiro, conciliador, voltado para a ideia de que era preciso se unir contra o mal instalado na Presidência. O segundo, por sua vez, dizia que Lula teria aprendido com os erros do passado, estaria mais atento a quem tentou derrubá-lo para vender o Brasil para o capital estrangeiro.

Pois bem, o começo do governo foi voltado para o primeiro item, conciliador, tentando agradar a todos os partidos, para que pudessem compor uma grande frente, um grande acordo. A tal da governabilidade estava, enfim, iniciada. Um governo de transição, o caminho do meio, nem de esquerda nem de direita, mas que pudesse fortalecer as instituições e a democracia. O problema disso é que entra em rota de colisão com o segundo caminho. Afinal, aqueles que hoje lhe apertam a mão são os mesmos que entregam a soberania brasileira dia após dia para o mercado.

Se falarmos de tributos, a direita mente por aí que Lula não tem condições de isentar o Imposto de Renda de quem ganha até dois salários mínimos. A autonomia do Banco Central sempre foi um engodo. De autônomo não tem nada, só se decide a qual mestre deve servir, ao povo ou ao mercado.

Os vândalos de 8 de janeiro contribuíram para a coesão institucional entre os Poderes, e este início de governo acabou tendo de mostrar união e força contra golpismos e maluquices. Governadores, alguns a contragosto, foram impelidos a agir publicamente como força simbólica da União.

O caminho está traçado para os próximos quatro anos. Não deixarão retroagir, pequenas conquistas serão alcançadas e desejamos um Lula menos paz e amor, mais combativo, enérgico, sem ser complacente com os desejos do mercado, em contraposição às necessidades da população. Desejo que quatro anos passem rápido, para acabar o governo Ratinho e para que este governo de transição lulista consiga retomar os laços democráticos com o povo. A normalidade leva tempo e o povo passa fome. •

**Deputado estadual, líder da Oposição na Assembleia Legislativa do Paraná.*

Leste e Oeste

GEOPOLÍTICA Com os EUA menos poderosos, o Brasil reforça os laços regionais e aposta na China

POR CARLOS DRUMMOND

No contexto de um Estados Unidos menos poderoso do que era antes da ascensão da China e da presença crescente nas economias da América Latina, Lula avançou na retomada de relações com os países vizinhos e os EUA, e no próximo mês irá à China. Os passos do presidente indicam a intenção de fortalecer posições no continente latino-americano para obter melhores condições de negociação com os dois países mais poderosos do mundo, em uma preparação para relançar a economia em meio à forte oposição interna de banqueiros, da mídia e de parte importante do empresariado, conclui-se de análises de economistas e cientistas políticos.

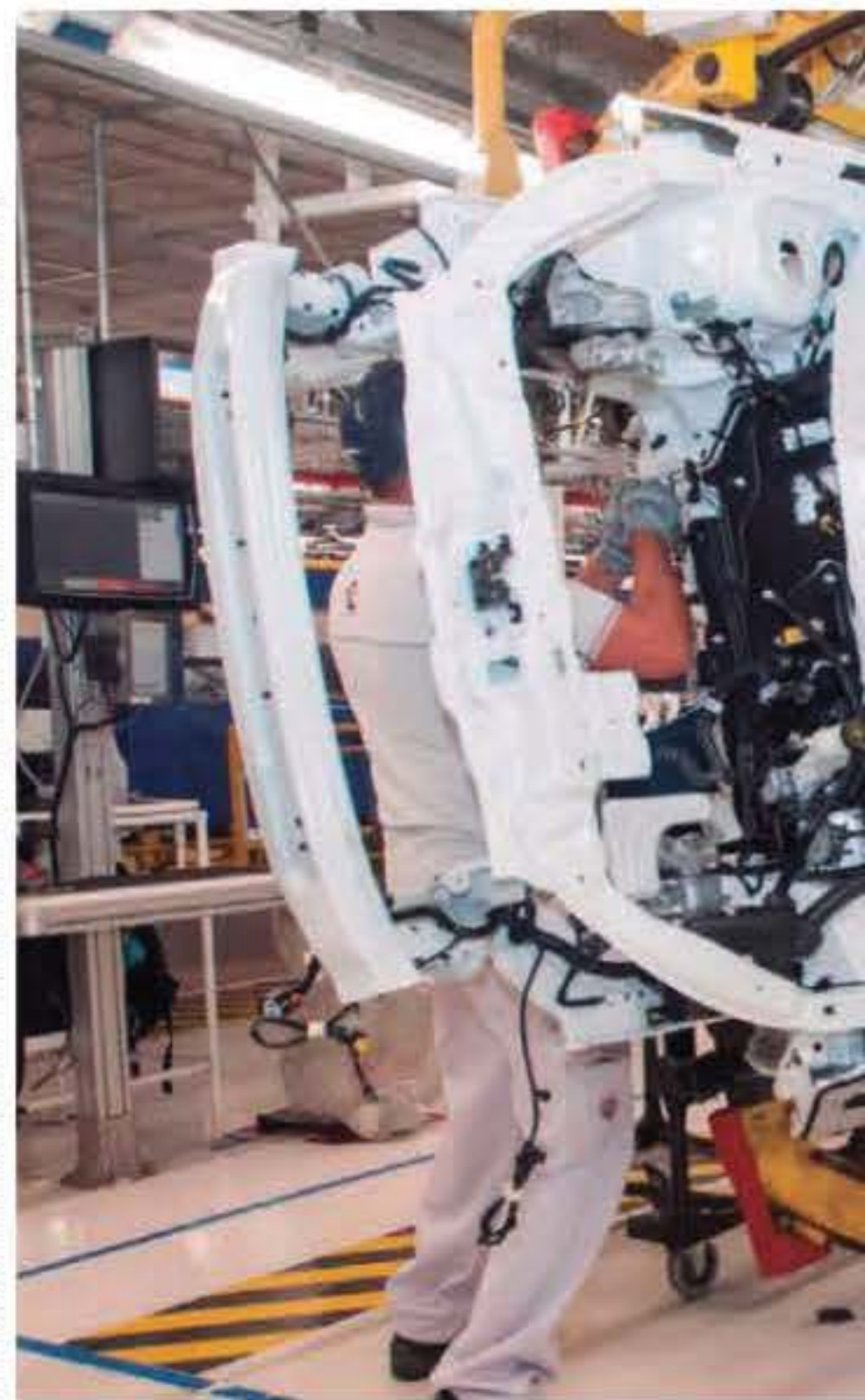
A grande importância política do encontro de Lula com Joe Biden contrasta com a anemia da sua pauta econômica e isso revela um EUA diferente, a exigir nova estratégia por parte do Brasil, avalia o cientista político Diego Pautasso, professor do Centro de Estudos da América Latina e Caribe da Universidade de Ciência e Tecnologia de Sichuan, na China. "Lula sabe que os EUA não têm as mesmas condições da outrora potência hegemônica do pós-Guerra. O recente encontro não produziu sequer uma sinalização de grandes investimentos ou acordos de cooperação importantes. A China, como potência ascendente, desponta como um campo maior de possibilidades e oportunidades para o Brasil, embora nossas exportações para o país asiático estejam concentradas em produtos primários, sobretudo soja, petróleo e minério de ferro. Esta é apenas uma dimensão da problemática desindustrialização brasileira que remonta à década de 1980", destaca em artigo.

A retomada das relações externas, neste momento, implica riscos e oportunidades em um contexto complexo, que desafia a nossa capacidade de interpretação e de posicionamento estratégico, ressalta Rafael Cagnin, economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. As mudanças do cenário internacional, diz, estão longe de serem unidirecionais. "É importante ter isso em mente. Do ponto de vista tecnológico, com reper-

A importância política do encontro de Lula com Biden contrasta com a anemia da pauta econômica

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 42

Crise. As demissões nas *Big Techs* continuam e as empresas pedem socorro

Anêmico, mas vivo. Apesar de ter definhado, o parque industrial brasileiro continua o maior da América Latina

cussões comerciais, temos visto concorrências e conflitos crescentes. Por outro lado, o equacionamento do aquecimento global passa necessariamente pela criação de consensos e cooperação internacional."

O potencial do País é evidente. O Brasil tem, segundo Cagnin, atributos favoráveis para capturar investimentos externos derivados das estratégias dos EUA e mesmo da Europa em busca de menor dependência da produção chinesa e maior resiliência de suas cadeias de fornecedores. Esses atributos são a proximidade geográfica, o compartilhamento de ideias e valores ocidentais, competências industriais substanciais a despeito de toda desindustrialização ocorrida nas últimas décadas, um mercado interno nada desprezível, uma matriz energética majoritariamente renovável e com grande possibilidade de ampliação. Nada disso resolverá, contudo, se não houver empenho interno. "Meu ponto é que, se não assegurarmos competitividade para a produção doméstica, muito do potencial não se tornará efetivo. É hora de tornarmos o Brasil um país do presente e deixarmos de ser o "eterno país do futuro", ressalta o economista-chefe do Iedi.

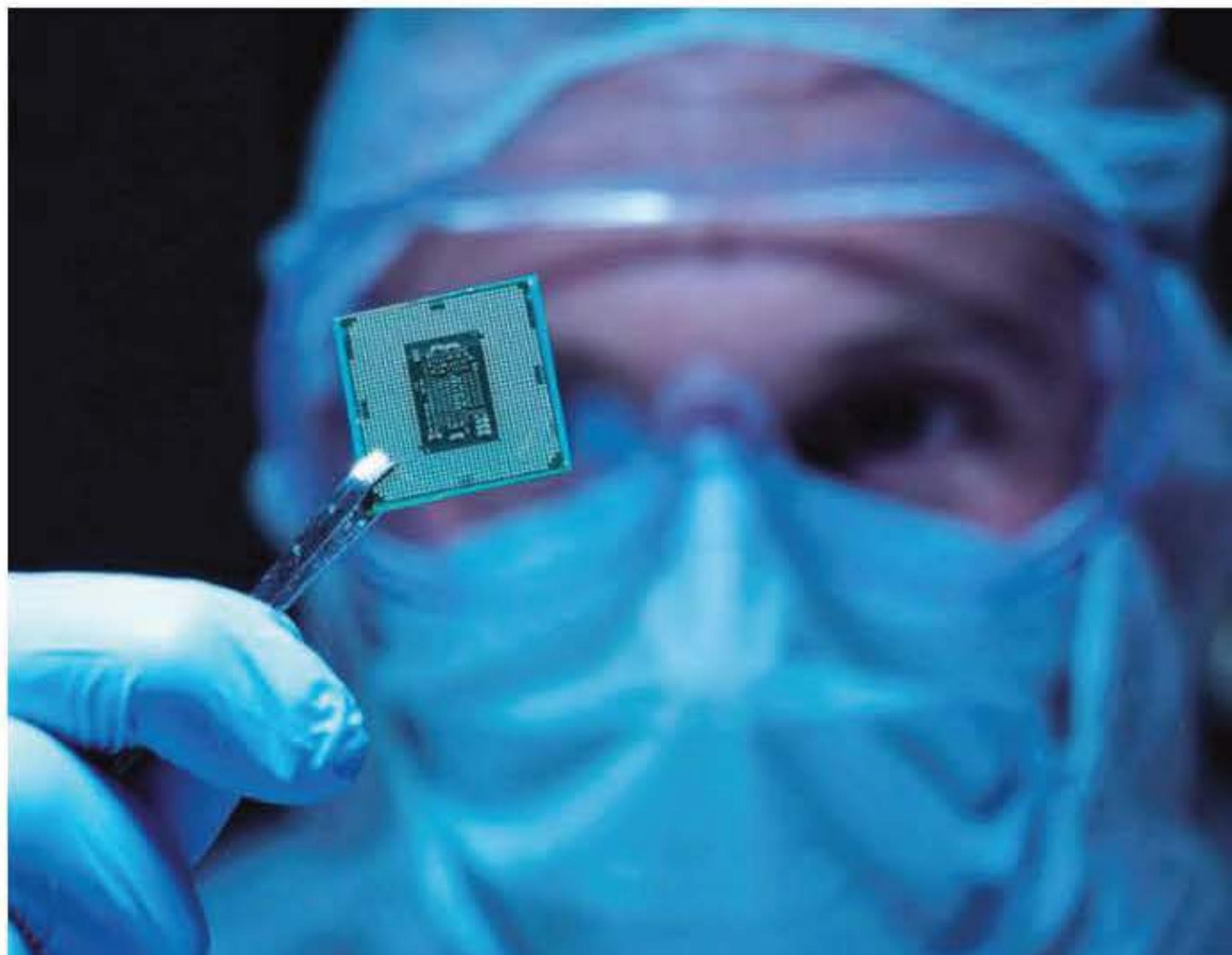
A reindustrialização passa, por certo, pela agenda da competitividade e da redução do famigerado Custo Brasil, mas não só. Reindustrialização deve significar "revitalização industrial", ou seja, é preciso que a indústria se fortaleça, ganhando participação no PIB nacional, mas por meio de um processo transversal de modernização, que inclui digitalização e sustentabilidade, e de desenvolvimento de atividades mais complexas e intensivas em tecnologia, o que exigi-

FIAT ARGENTINA E CLÁUDIA SILVA FERREIRA/SEMUC/PMBV

Economia

rá maior musculatura de nosso sistema de inovação, com aprimoramento e sem mais interrupções nos mecanismos públicos de fomento, maior integração universidade-empresa, com ações eficazes de formação de capital humano, entre outros pontos. É um processo que deve estar mais claramente identificado com a melhora social, de modo a lhe conferir legitimidade. "Temos muitas frentes para explorar, como nas áreas da saúde, da mobilidade urbana e na criação de uma alternativa econômica e sustentável para a Região Amazônica", aponta o economista. "Se conseguirmos melhorar a nossa competitividade", prossegue, "acelerar os nossos ganhos de produtividade a partir de uma nova base produtiva mais digital e sustentável, teremos menos receio da concorrência com os produtos chineses, que, como muitos estudos do Iedi mostram, realmente avançaram em mercados importantes para as exportações da indústria brasileira."

As possibilidades de tirar partido dessas mudanças, diz Cagnin, dependem mais de nós do que do contexto externo. Não nos beneficiaremos integralmente se não formos capazes de resolver velhas pendências, como a reforma tributária e os investimentos em infraestrutura, além de adaptar a infraestrutura física aos impactos da transição climática.

O novo espaço de atuação do Brasil foi reconfigurado pela reglobalização, destaca o economista Antonio Corrêa de Lacerda, professor do programa de pós-graduação em economia política da PUC de São Paulo. A pandemia e a guerra da Ucrânia revelaram a vulnerabilidade das cadeias internacionais de suprimentos. A lógica da globalização pós-anos 1990 subestimou a segurança de fornecimento e permaneceu concentrada no fator custos. Assim, a localização dos investimentos sempre levava a sobrevalorizar os critérios associados aos custos de produção. Um exemplo é a extrema dependência de *chips*, com 70% a 80% da produção centralizada no Leste Asiático.

Estratégia. Lula com o uruguaio Lacalle Piu, que negocia um acordo bilateral com a China, risco à sobrevivência do Mercosul

"A reglobalização levará em conta a proximidade de localização, além de fatores extraeconômicos, como baixa probabilidade de catástrofes naturais e guerras, entre outros. Isso abre novas possibilidades para o Brasil", ressalta Lacerda. Diante do cenário descrito, diz, temos inúmeras possibilidades de atrair investimentos. Apesar da desindustrialização em curso, tem DNA industrial e ainda o maior parque fabril da América Latina, além de disponibilidade de energia renovável, água e insumos industriais, economia de escala e mercado consumidor relevante. A reindustrialização não será, entretanto, automática, frisa. Será preciso adotar políticas macroeconômicas favoráveis e uma política industrial moderna. Um primeiro passo importante foi a recriação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, recolocando o tema na agenda, e o novo papel do BNDES na transição para a economia de baixo carbono, a economia digital e a sustentabilidade.

O Brasil tem frentes a explorar em saúde, mobilidade urbana e biodiversidade

O avanço da China sobre os parceiros do Brasil na América Latina e a possibilidade de os tratados bilaterais com os chineses implodirem o Mercosul requerem preservar a regionalização no âmbito do mercado comum e intensificar as relações com os demais blocos e países, inclusive a própria China, destaca Lacerda. O fato de integrantes do Mercosul terem estruturas econômicas díspares, caso do Uruguai, dificulta, mas não impede a integração.

O Brasil é o país que mais pode ga-

RICARDO STUCKERT/PR E ISTOCKPHOTO

nhar com a integração de cadeias produtivas na América do Sul por ter a estrutura produtiva mais diversificada e complexa da região, aponta o economista Pedro Silva Barros, pesquisador do Ipea. Há poucas cadeias regionais de valor estruturadas, diz, e a indústria automobilística é uma delas. "A posição geral brasileira deve ser de equidistância entre os principais polos de poder, EUA, China e União Europeia, e de fortalecimento da integração regional para, a partir do espaço geopolítico regional consolidado na América do Sul, estabelecer agendas positivas com cada um dos outros espaços", recomenda. Sem integração e sem governança regional, ressalta, a América do Sul se torna mais vulnerável às potências extrarregionais. "Nos últimos anos, o Brasil havia se isolado da América Latina. O exercício de liderança regional para a construção de consensos é condição para que países vizinhos não optem por relações profundas e subordinadas com potências extrarregionais", alerta Barros. Um exemplo é o propalado acordo de livre-comércio do Uruguai com a China à margem do Mercosul, que, "além de romper com as bases do próprio bloco, traz o pior das tensões globais para o nosso entorno".

A América do Sul é o espaço privilegiado das exportações brasileiras de alta e média-alta intensidade tecnológica. "Os 11 países vizinhos só respondem por 1,6% das importações mundiais, mas 13% do que o Brasil exporta fica no subcontinente. Na década de 2000, era mais de 18%. Se considerarmos apenas as exportações brasileiras de alta e média-alta intensidade tecnológica, mais de 35% vão para os nossos vizinhos", ressalta o economista.

O contexto internacional realça a importância das relações entre países da América Latina e a China. "O que se observa claramente é que os EUA estão disputando a posição internacional do Brasil agora com o novo governo Lula. É sabido que a influência brasileira é expressiva em toda a região sul-americana e que a atual diplomacia brasileira deve convergir com os movimentos internacionais voltados ao fortalecimento da ordem multipolar", diz Pautasso. Para Lula, acredita, não se tratava de obter grandes conquistas dos EUA, que se parecem sem condições de ofertar, como ficou claro. O objetivo é estabelecer um bom canal de diálogo e evitar que Washington se transforme num empecilho à movimentação global da diplomacia brasileira.

A China, acrescenta o cientista político, é um país central para uma ordem multipolar oposta à neoliberal e unilateral promovida por Washington. A China também pode se tornar uma variável-chave para alavancar a industrialização brasileira, desde que os investimentos e os acordos de cooperação sejam condicionados a transferências tecnológicas e *joint ventures*. "Cabe ao Brasil realizar uma leitura acurada das oportunidades e dos desafios para impulsionar o desenvolvimento nacional e ocupar um lugar no sistema internacional compatível com a sua estatura." •

Mundo virtual, crise real

TECNOLOGIA A onda de demissões nas *Big Techs* não arrefece e as empresas pedem socorro a Washington

POR CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

A onda de demissões nas gigantes do setor de tecnologia, que teve início em outubro do ano passado, não tem dado sinais de trégua. De lá para cá, a dispensa de trabalhadores da categoria vem ocorrendo num ritmo crescente. Somente em 2023, de acordo com o rastreador Layoffs FYI, 336 *Big Techs* dispensaram mais de 101 mil trabalhadores em todo o mundo.

Em 7 de fevereiro a Zoom Video, popularizada durante a pandemia do Covid-19, afetada pelo retorno dos trabalhadores aos escritórios, anunciou a demissão de 15% de sua força de trabalho, além de cortar os salários do alto escalão da empresa. Outra gigante da computação que tem mais de 130 mil funcionários, a Dell, confirmou um dia antes que vai cortar 6,5 mil trabalhadores.

Desde o ano passado, a Amazon tem realizado rodadas de corte. Se, em setembro de 2022, a companhia havia mais do que dobrado a sua equipe corporativa em comparação com o mesmo mês de 2019, contratando mais de 500 mil trabalhadores adicionais, agora a previsão é de que até dezembro mais 18 mil serão dispensados.

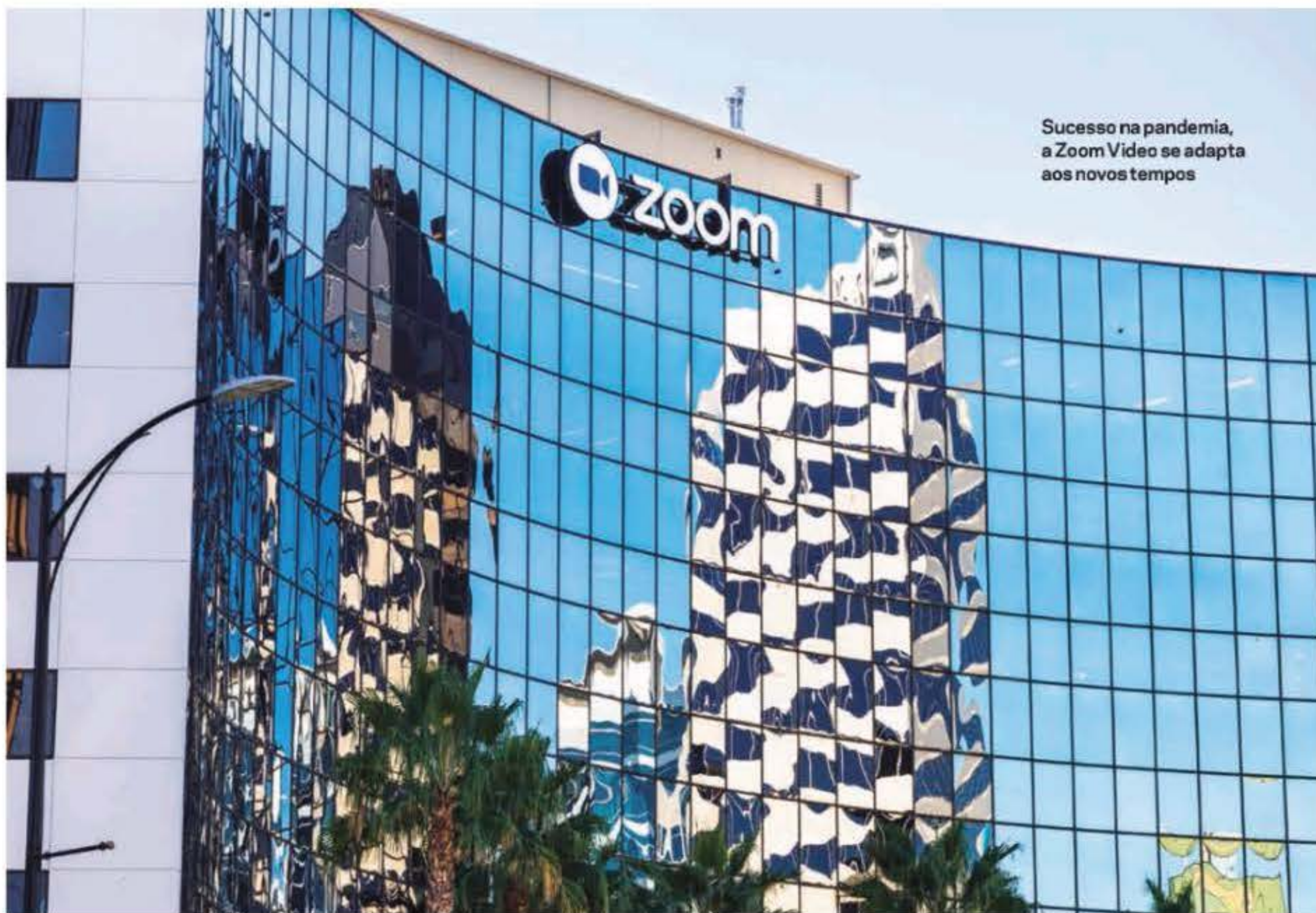
A Meta, novo nome adotado pelo Facebook, também confirmou que pretende demitir mais de 11 mil trabalhadores ou cerca de 13% de sua equipe até o fim do ano. A Alphabet, controladora do Google, comunicou no início do mês que planeja cortar 12 mil empregos e o Spotify reduzirá seu grupo em 6%.

A primeira gigante a dar sinais de que o pior estava por vir foi a Microsoft. Em 17 de outubro, a empresa demitiu mais de mil empregados de uma só vez. Em janeiro, anunciou que o número de dispensados em 2023 chegará a 10 mil. No Twitter, a maneira como os 5 mil funcionários foram dispensados indignou até o mais miserável dos capitalistas. Poucos dias depois de Elon Musk adquirir a plataforma por 44 bilhões de dólares, a empresa fez o corte sem nem ao menos enviar uma nota de dispensa. A equipe de 7,5 mil funcionários foi reduzida a 2,7 mil da noite para o dia. A maior parte dos relatos revela que os empregados simplesmente foram desconectados de suas contas. Sem conseguir acesso aos *e-mails* da empresa, muitos descobriram a demissão em massa pela imprensa ou no burburinho que tomou conta da própria rede social. A atuação amadora destoa do discurso "as pessoas são nosso ativo mais importante", chavão na maior parte das companhias do Vale do Silício.

O fim do confinamento, a alta dos juros globais e o risco de recessão afetam o faturamento no Vale do Silício

Em novembro, ao ser questionado sobre as demissões no All-In Podcast, Musk riu antes de responder que a equipe precisava estar "pronta para trabalhar duro". Segundo ele, o esforço não fazia parte da "cultura anterior" da empresa. O investidor em tecnologia David Friedberg, que participava do mesmo *podcast*, elogiou a decisão de Musk e afirmou que o magnata estabelecia um novo padrão, mostrando a "todo o Vale do Silício que é possível cortar fundo e obter lucro rapidamente".

Os dirigentes da Zoom preferiram adotar outra tática. Após discorrer sobre a trajetória de sucesso da companhia, que em dois anos triplicou de tamanho durante a pandemia, o diretor-executivo Eric Yuan informou, em um texto publicado no blog da corporação, que 1,3 mil funcionários iriam receber no prazo de 30 minutos um *e-mail* de demissão intitulado "(IMPACTO) Saindo do Zoom: o que você precisa saber". "Sua dedicação e seu talento serão recursos incríveis para qualquer empresa", mas, "à medida que o mundo faz a transição para a vida pós-pandemia, vemos que a incerteza da economia global e seus efeitos sobre os nossos clientes significam que precisamos dar uma olhada dentro de nós mesmos, para nos redefinirmos para enfrentar o atual ambiente econômico."

Professor da Universidade da Flórida e especialista em gestão de recursos humanos, Wayne Hochwarter lembra do *boom* de contratações das gigantes do setor de

Sucesso na pandemia, a Zoom Video se adapta aos novos tempos

ISTOCKPHOTO

tecnologia durante a pandemia. Uma resposta para atender às demandas que eram novas naquele momento e, por consequência, as possibilidades de obter mais lucro – e lucro mais rápido. O problema é que, à medida que a pandemia diminuiu e as taxas de juro começaram a subir, as vendas despencaram. "O que a Covid-19 fez foi levar as organizações a se reestruturarem e se remodelarem. Elas contrataram trabalhadores esperando maiores necessidades e, quando essas necessidades não se materializaram, tiveram de dispensar", explica. "Não estou muito preocupado que as demissões em tecnologia tenham um impacto enorme na economia, porque muitos dos trabalhadores demitidos encontram novos empregos rapidamente, e muitos provavelmente veem isso como uma bênção, dada a forma como todos foram tratados, especialmente no final."

Hochwarter pondera, no entanto, que a dispensa de funcionários sempre pode ser feita de forma mais humana. "Às vezes, gente inteligente faz coisas estúpidas. Essa realidade traz à tona a noção de que, às vezes, o pessoal da tecnologia não tem as habilidades para entender o elemento humano no trabalho."

Saber tratar seus funcionários no momento de dispensá-los está, no entanto, longe da principal preocupação das companhias. Em 3 de fevereiro, quatro dias antes do discurso do Estado da União, a Câmara de Progresso (um grupo do qual fazem parte Amazon, Alphabet, Apple e Meta) enviou uma carta na qual pede ao presidente Joe Biden que ofereça um plano de recuperação do setor de tecnologia, "para ajudar a evitar uma piora do ciclo econômico e manter a competitividade dos Estados Unidos em tecnologia durante a atual crise". A carta cita a estimativa de 200 mil demissões no setor de tecnologia em 2022, queda no financiamento de empreendimentos globais e fechamento de muitas *startups* de tecnologia.

Biden, crítico fervoroso da maneira nebulosa como as *Big Techs* lidam com os dados sigilosos dos usuários, especialmente no que diz respeito a informações de menores de idade, optou por permanecer em silêncio. Para Hochwarter, o governo não deve atender às demandas das empresas. "Atualmente, há bastante governo se intrometendo nos negócios. Isso ocorre entre os funcionários e a organização e entre os funcionários e a indústria. O pessoal de tecnologia não dever ter dificuldade em encontrar empregos que ofereçam benefícios proporcionais às suas competências e habilidades." •

A realidade e a expectativa

TheObserver A despeito das recentes conquistas de Joe Biden, os eleitores não se animam com a sua reeleição

POR DAVID SMITH, EM WASHINGTON

Foi o momento em que o discurso do Estado da União dos EUA, antes um assunto sóbrio pontuado por aplausos, se transformou numa briga verbal mais parecida com a Câmara dos Comuns da Grã-Bretanha. Joe Biden acusou republicanos de quererem "fazer a economia de refém" e cortar os benefícios da previdência social. "Buuu!", "não!" e "mentiroso!" foram algumas das respostas. Os presidentes norte-americanos normalmente ignoram os ruidosos, mas Biden optou por enfrentá-los.

"Então, pessoal, como todos nós aparentemente concordamos, a previdência social e o Medicare estão fora dos livros agora, certo?", provocou. "Eles não devem ser tocados? Tudo bem, tudo bem. Conseguimos unanimidade!" Biden fez uma oferta aos republicanos que eles não poderiam recusar: levantar-se de seus assentos e apoiar os idosos.

De uma só vez, o combativo Biden superou seus oponentes e, ao menos em parte, acalmou as dúvidas de que, aos 80 anos, ele tem força e coragem para uma árdua campanha de reeleição no próximo ano. Foi uma vitória importante num momento em que as pesquisas de opinião mostram que a maioria dos colegas democratas anseia por nova geração de líderes.

"Como Muhammad Ali, ele dançava como uma borboleta e picava como uma abelha", resumiu John Zogby, escritor e pesquisador. Mesmo assim, um discurso não será suficiente para resolver o contínuo enigma político dos dois Bidens. Um é o Biden visivelmente energizado por vaias republicanas, que encontrou uma maneira de esmagá-las sem complacência. O Biden que reuniu o Ocidente para apoiar a Ucrânia e ajudou os democratas a desafiar a história nas eleições de meio de mandato. O Biden que desfiou a lista mais importante de realizações legislativas desde o presidente Lyndon Johnson, há mais de meio século.

Mas o outro Biden não foi embora.

Apenas 37% dos democratas acham que o presidente deve tentar um segundo mandato

Foi ele quem começou seu longo discurso sobre o Estado da União – que atraiu a segunda menor audiência de tevê em 30 anos – letargicamente, descrevendo Chuck Schumer como líder da "minoria" no Senado, quando deveria ter dito "maioria", e falando pouco sobre os direitos ao aborto. Esse é o Biden que presidiu o aumento dos preços dos alimentos e da gasolina, atrapalhou-se na retirada dos EUA do Afeganistão e deixou documentos confidenciais em sua garagem.

Uma pesquisa feita no fim de janeiro pela Associated Press-NORC Center for Public Affairs Research descobriu que 37% dos democratas dizem que Biden deve tentar um segundo mandato, abaixo dos 52% nas semanas anteriores às eleições de meio de mandato do ano passado. Em geral, 41% aprovam a forma como Biden está lidando com seu cargo de presidente e apenas 22% dizem que ele deveria concorrer novamente.

Entre os democratas com 45 anos ou mais, 49% dizem que Biden deve concorrer à reeleição, quase tantos quanto os 58% que disseram o mesmo em outubro. Mas entre os menores de 45 anos apenas 23% pensam o mesmo, depois que 45% disseram isso antes das eleições. Muitos eleitores acreditam que a idade do presidente é um risco. Com pessoas focadas em sua tosse, andar hesitante e gafes, o trabalho mais estressante do mundo seria mais adequado para alguém mais jovem.

Outra pesquisa, do *Washington Post-ABC News*, mostrou que 62% dos americanos acham que Biden realizou "não muito" ou "pouco ou nada" durante sua presidência, enquanto 36% dizem que ele realizou "bastante" ou "muita coisa". Cerca de 60% dizem que ele não fez progresso na criação de mais bons empregos em sua comunidade, embora tenha supervisionado o ritmo mais rápido de crescimento de empregos na história

O democrata estava inspirado no discurso do Estado de União

ANDREW CABALLERO-REYNOLDS/AFP

dos EUA, e o desemprego esteja em seu nível mais baixo desde 1969.

A desconexão pode parecer um chute na boca de Biden depois de quatro grandes vitórias legislativas: uma lei de infraestrutura bipartidária, uma legislação que aumenta a produção doméstica de chips de computador, medidas fiscais e de gastos que ajudam a enfrentar a crise climática e melhorar a capacidade do governo de aplicar o código tributário.

A diferença entre a percepção e a realidade é difícil de explicar. O caos dos anos de Donald Trump, uma pandemia que matou mais de 1 milhão de americanos e um acerto de contas contínuo sobre a justiça racial inevitavelmente deixaram a nação desorientada. Mas alguns críticos argumentam que a Casa Branca falha em comunicar suas conquistas.

"As mensagens do governo foram medíocres", avalia Michael Steele, ex-presidente do Comitê Nacional Republicano. "Não foram bem coordenadas. Não foram bem reforçadas pelos chefes de agências e membros do gabinete que podem mostrar ao país o trabalho feito."

Steele aponta como exemplo o projeto de lei de infraestrutura de 1,2 trilhão de dólares, assinado por Biden no fim de 2021. "Todo mundo está pulando para cima e para baixo, mas o que eles não explicaram ao país foi que agora temos de colocar em prática os regulamentos que corresponderiam à alocação desses dólares... Essa parte da conversa nunca aconteceu, então os eleitores estão dizendo: 'Bem, eu não vejo nenhum impacto disso. Eles não estão fazendo nada na minha comunidade'." O passo em falso custou aos democratas o controle da Câmara dos Deputados, emenda. "Agora assisto a comerciais do presidente cumprindo suas promessas, e eu diria: sim, com quatro ou cinco meses de atraso."

Biden não conseguiu deslanchar a reforma da polícia e os direitos de voto, o que poderia causar desilusão entre os

O desemprego está no menor nível desde 1969. Ainda assim, a maioria acha que Biden fez pouco nesse tema

eleitores negros. Ele continua a defender mudanças, mas não pediu explicitamente a aprovação da Lei George Floyd de Justiça no Policiamento. Ativistas argumentam que ele deveria deixar claro que os republicanos estão atrapalhando. "Há uma razão pela qual não temos essas leis, e não é o presidente Biden", diz Rashad Robinson, presidente do grupo de defesa Color of Change. "Mas, se não contar por que a reforma ficou pelo caminho, ele será culpado."

Um dia após seu discurso sobre o Estado da União, Biden viajou para Wisconsin, e no dia seguinte foi para a Flórida, enquanto altos funcionários do governo cruzam o país para divulgar suas realizações. A estratégia pode ser eficaz em nível local, mas compete com manchetes nacionais mais atraentes, como o balão espião chinês.

"Você precisa ver as coisas acontecendo. Você tem de ver as pontes sendo construídas. Você tem de ver os túneis sendo consertados. Você tem de ver os aeroportos", enumera Elaine Kamarck, ex-funcionária do governo Bill Clinton. "O desafio é tornar isso real. Este é um problema de tempo político. O mandato de um presidente é curto, geralmente leva mais tempo para fazer grandes realizações." Hoje pesquisadora sênior em estudos de governança no grupo de pensadores do Instituto Brookings, em Washington, Kamarck acrescenta: "Biden precisa fazer algo que fique nos livros. Ele tem de fazer alguma coisa. Ele pode dizer isso até que as vacas voltem para casa, mas, se não houver realidade em campo, não importará".

O presidente não soube comunicar as realizações de seu governo e, agora, sofre com uma oposição mais forte

As maiores realizações legislativas de Biden no primeiro mandato quase certamente ficaram para trás. Agora, ele deve trabalhar com maioria republicana agressiva na Câmara, que deseja cortar gastos em troca da suspensão da autoridade legal de empréstimos do governo, além de iniciar diversas investigações sobre a resposta à pandemia, à retirada do Afeganistão e aos negócios de seu filho, Hunter Biden.

Biden enfrenta ainda dúvidas persistentes dentro do próprio partido. Eleito pela primeira vez para o Senado por Delaware, em 1972, ele está no cenário político nacional há mais de meio século e é o presidente dos EUA mais velho da história. Seus tropeços verbais – ele recentemente chamou o congressista Don Beyer de "Doug" quatro vezes – recebem mais escrutínio do que nunca.

Biden pode enfrentar outra eleição contra Trump, ex-presidente que sofreu dois processos de *impeachment* por instigar uma violenta tentativa de golpe em 6 de janeiro de 2021. Ainda assim, numa revanche hipotética, 48% dos eleitores registrados disseram que seriam a favor de Trump, em comparação com 45% que preferem Biden, segundo a pesquisa do *Washington Post-ABC News*.

Julián Castro, ex-secretário de Habitação do presidente Barack Obama, observa que essa descoberta mina o consenso geral de que os democratas estão satisfeitos com Biden enfrentando Trump. "Dois anos é muito tempo, e é apenas uma pesquisa, mas, se ele está se saindo tão mal depois de uma série de vitórias, isso deve ser preocupante", tuitou Castro.

Biden beneficia-se da falta de um sucessor óbvio. Sua vice-presidente, Kamala Harris, teve índices de aprovação igualmente baixos e ainda não se destacou como a escolha automática. O secretário de Transportes, Pete Buttigieg, tem apenas 41 anos, e uma geração promissora de governadores democratas é amplamente vista como ainda não pronta.

"Costumo perguntar aos democratas que gostam de falar poeticamente sobre Biden não ser seu candidato: qual governador ou parlamentar democrata vai desafiar um presidente em exercício?", indaga Steele, que serviu como vice-governador de Maryland de 2003 a 2007. "Todas as vezes que vimos isso acontecer, não terminou bem para o desafiante. Este é o cavalo que o ajudou na tempestade. Este é o cavalo de que você precisa para cavalgar à noite, é assim que as coisas são."

Muitos republicanos reconhecem que Biden teve uma boa noite no discurso do Estado da União, mas acreditam que ele pode ficar vulnerável nas eleições de 2024 se enfrentar alguém mais jovem e que não carrega a bagagem política de Trump. Ron DeSantis, governador da Flórida, e Nikki Haley, ex-governadora da Carolina do Sul, estão entre os candidatos em potencial.

"Havia muita conversa sobre Reagan perder, Reagan estar fora, Reagan não estar mentalmente bem – e então Reagan fazia algo e as pessoas viam por si mesmas, e isso limpava a barra e acalmava a conversa por um tempo", comenta Ed Rogers, consultor político que trabalhou no governo de Ronald Reagan, o homem mais velho a servir como presidente até Trump. "Biden certamente fez isso. O discurso foi benfeito, mas as pessoas não enxergam suas vidas melhores só por um discurso."

Rogers avalia que Biden ganhará a indicação democrata para 2024 e está bem colocado nas eleições gerais, mas nada está garantido. "Reelegemos 75% dos nossos presidentes. Se você tivesse de apostar hoje, apostaria no titular. Mas, se não for Trump, se aparecer alguém como um candidato de mudança enérgica, Biden pode ser derrotado." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

ISTOCKPHOTO E LAWRENCE JACKSON/ OFFICIAL WHITE HOUSE PHOTO

O Oscar da realidade

CINEMA Os documentários concorrentes ao prêmio oferecem muito mais diversidade, tensão e emoção que a lista de ficções

POR CÁSSIO STARLING CARLOS

A história já se repetiu 95 vezes. Mesmo assim, todos os anos o público que confia nas escolhas da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood vai conferir o listão de indicados. E a cada ano aumenta o número de filmes que nem os mais fiéis seguidores do Oscar conseguem defender.

Mas o prêmio, ao mesmo tempo que tem o poder de aumentar a bilheteria das bombas que dominam as categorias principais, dá visibilidade a produções que, sem seus holofotes, dificilmente receberiam atenção.

É o caso dos documentários. Divididos nas categorias de curta e longa, os dez títulos sobre histórias reais oferecem muito mais diversidade, tensão e emoções que os longuíssimos longas na disputa de melhor filme.

Neste ano, apenas dois dos dez indicados na categoria principal têm até duas horas de duração. Com as 3h12 de *Avatar: O Caminho da Água*, por exemplo, é possível maratonar todos os curtas documentais e ainda sobra minutagem para assistir a um episódio da série favorita.

E se no caso do listão das ficções a principal janela de exibição ainda são as salas de cinema, sete dos dez documentários estão disponíveis no *streaming*. Dissonância positiva em relação à hegemonia de só um tipo de cinema entre as ficções, esse conjunto de filmes reúne uma diversidade de origens, temas e línguas.

Dois temas mostram-se recorrentes. Enquanto a aliança do autoritarismo com a corrupção está representada em dois retratos de personagens que enfrentaram os superpoderes de governantes, o lugar dos humanos na natureza aparece em quatro produções.

O curta-metragem *O Efeito Martha Mitchell* (Netflix) e o longa *Navalny* (HBO Max) apresentam dissidentes como figuras quase heroicas. O primeiro resume o papel da personagem-título, esposa do procurador-geral do governo Nixon, nas investigações do escândalo Watergate, que culminou na renúncia de Nixon à Presidência dos EUA, em 1974.

A direção da dupla Anne Alvergue e Debra McClutchy condensa a personalidade rica em contradições de Martha, sua adesão oportunista à política e, ao mesmo tempo, seu não lugar em um meio exclusivamente ocupado por homens.

Já o retrato do dissidente russo Alexei Navalny abraça a cruzada do protagonista contra a autocracia de Vladimir Putin. A escolha faz com que o filme seja, sobretudo, um eco do uso astuto que Navalny e sua equipe fazem das mídias sociais.

Num segundo nível, mais relevante, *Navalny*, do canadense Daniel Roher, mapeia a reconfiguração da democracia imposta pelas redes e os processos de criação de narrativas e de sequestro da atenção que alteraram de forma incontornável a concepção de "política".

A política também se manifesta como efeito colateral em *Stranger at the Gate*. O curta (canal da revista *The New Yorker*, no YouTube) mergulha na cabeça de um militar obcecado com a noção de inimigo. Longe das batalhas, ele concebe um ataque para matar mais de 200 muçulmanos numa mesquita. O filme mostra o perigoso fundamentalismo abrigado na América profunda.

Outros tipos de relações de poder emergem dos filmes que procuram olhar para a posição dos humanos diante da natureza. Essas relações são tanto de supremacia quanto de insignificância, e o que dois curtas e dois longas na disputa pelo Oscar procuram fazer é nos dar a dimensão desmesurada dos distúrbios climáticos ou geológicos

O curta indiano *Como Cuidar de um Bebê Elefante* (Netflix) é o trabalho mais frágil. Um casal que vive numa área de proteção animal na Índia cuida de dois

> Ao contrário dos personagens quase super-heróis de *Top Gun* e *Avatar*, os deste conjunto de filmes são super-humanos

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 50

Arte As impressionantes esculturas de Donatello ocupam o V&A, em Londres

No streaming. O longa-metragem *Vulcões* e os curtas-metragens *Haulout* e *Stranger at the Gate* mergulham em questões políticas e ambientais

DISNEY+, KARL SCHROEDER E FESTIVAL DE BERLIM

elefantes órfãos, desgarrados das manadas durante o êxodo provocado por queimadas, seca e desequilíbrios ambientais.

Acontece que a estreante Kartiki Gonçalves satura o curta de música e cenas sentimentais e, em busca de empatia pela fofura dos bebezões com tromba, acaba por amenizar o impacto da questão ambiental

Já o excelente longa indiano *Tudo o Que Respira* (HBO Max), de Shaunak Sem, duplica o impacto da degradação ambiental registrando, de modo aparentemente banal, o trabalho de um trio de jovens que resgata e trata milhafres doentes na área urbana de Nova Délhi.

O número crescente de milhafres incapacitados de voar e seguir suas rotas migratórias é o fio condutor do filme, mas o diretor desdobra o tema da fragilidade e do colapso para as perseguições a minorias religiosas que ameaçam a comunidade à qual pertencem os jovens que cuidam dos animais. O risco de extinção parte assim do muito específico para o conjunto dos seres. Afinal de contas, como *Tudo o Que Respira* lembra, "a vida é parentesco".

O início do curta russo *Haulout* (no canal da *The New Yorker* no YouTube) sugere um filme de guerra. Um homem em trajes militares num posto de observação transmite mensagens sobre o que pode ser a invasão de uma ilha deserta. Numa reviravolta sensacional, sua condição de único ser humano num espaço inóspito ganha, porém, outra dimensão e o documentário torna-se quase uma ficção científica – destacando que o apocalipse é real.

Vulcões: A Tragédia de Katia e Maurice Krafft (Disney+), tradução mais que equivocada do original *Fire of Love*, explora o arquivo com os registros das dezenas de expedições feitas pelo casal de vulcanólogos franceses.

A documentarista Sara Dosa incorpora as imagens espetaculares de erupções e situações de risco extremo à dimensão da intimidade, revelando como a paixão entre Maurice e Katia se soldava na loucura que eles tinham por magmas, gases sulfúricos e avalanches.

O filme oferece também uma reinterpretação de escalas, projetando as figuras humanas como miniaturas, pontos ínfimos diante da magnífica proporção dos fenômenos vulcânicos. Seria bom todo mundo saber que num triz vira pó. Ao contrário dos personagens quase super-heróis de *Top Gun* e *Avatar*, estes são super-humanos. •

A pedra tornada pele e veludo

TheObserver Donatello soube resumir a dor e a coragem e expressar, em três dimensões, as emoções humanas

POR LAUTA CUMMING

Uma figura surpreendente chegou à Grã-Bretanha: um homem com uma quase carranca, pensamentos insones e barba por fazer. Seus olhos estão abatidos e sua testa redonda, baixa. Ele seria reconhecido em qualquer lugar de sua Itália natal: o intelectual pensativo, de olhos escuros e ascético, com uma barba preta desgrenhada. Só que ele é do século XV, e fundido em bronze dourado reluzente.

A encomenda original era para um relicário medieval – lugar onde se guardavam os restos mortais de um santo, neste caso, o crânio de San Rossore, um soldado romano convertido ao cristianismo. Mas o escultor Donatello superou todas as regras e convenções e não apenas imaginou o santo como um ser vivo – não um ícone – como criou o impressionante retrato de um homem moderno no pleno ato de pensar.

A sensação de andar em volta desse ser e ver seu aspecto mudando, como se estivesse em sintonia com seus pensamentos em movimento, pode ser experimentada desde a sexta-feira 10 no Museu Victoria and Albert (V&A), em Londres. *Donatello: Esculpindo o Renascimento* é uma espantosa exposição do mestre florentino.

Donatello (1386-1466) é o mais revolucionário dos escultores italianos. Nascido em Florença, filho de um cardador de lã, foi aprendiz de Lorenzo Ghiberti durante a execução das grandes portas de bronze do Batistério. Sua figura mais famosa é, provavelmente, o jovem Davi em bronze preto, o primeiro nu masculino na arte renascentista.

Extraordinariamente sedutor em sua beleza esbelta, trajado apenas com chapéu e botas elegantes, esse David foi feito para ser visto em círculos no pátio do palácio dos Médici. Tornou-se símbolo da bravura política contra gigantes tirânicos.

A exposição londrina traz um Davi maior do que o natural, esculpido em mármore. Esse jovem se eleva acima de você com um balanço de dançarino, folhas de amaranto enfiadas nos cachos do cabelo e a cabeça conscientemente inclinada, como se estivesse posando para uma câmera. A postura é toda graciosa e a torção, incrível.

> **As figuras do mestre florentino parecem ansiar por mais do que a vida comum de uma escultura**

Enquanto rodeia a figura, você pensa em como Donatello pôde transformar pedra em algo tão flexível quanto pele quente e veludo. Seu cinzel descreve a tensão exata dos laços através dos ilhoses, o amontoado de seda canelada, a longa linha da coxa, o pé colocado suavemente sobre a cabeça decepada de Golias. A escultura alterna-se entre religião e mito, entre estátua pública e retrato misterioso. É como se estivesse perpetuamente inquieta.

Todas as figuras de Donatello parecem ansiar por mais do que a vida comum de uma escultura. Uma de suas primeiras encomendas foi fazer um Cristo morto para a fachada de uma igreja florentina. Seu Messias parece estar se libertando do mármore de que é feito, avançando no espaço. As obras de Donatello foram quase todas projetadas para locais bem acima da altura dos olhos, e ele é conhecido por ter feito ajustes para situar as figuras numa relação mais dramática e pessoal com o espectador. Foi um gênio da perspectiva.

Um imenso crucifixo do altar-mor de uma igreja de Pádua, incluído na mostra, tem exatamente essa combinação excepcional de intimidade e afastamento. O Cristo morto paira acima do observador, inefavelmente divino. O escultor, no entanto, o faz descer para perto de nós para percebermos o farrapo da tanga, as fibras esgarçadas da corda, as pobres artérias tensas e o peso maciço dos pregos.

Donatello, até hoje, parece uma figura esquiva e contraditória. Supostamente desinteressado por literatura e, ainda assim, tão sofisticado, jantou com os Médici e produziu para eles as mais refinadas de todas as esculturas. O pintor Giorgio Vasari (1511-1574) contava que ele gritava para que suas estátuas ganhassem vida. Isso o faz, porém, parecer qualquer velho escultor, interessado na semelhança de fala.

Donatello era muito mais radical e in-

ALEXANDRINE BAPTISTE, GIOVANNI RACCIATTI, MUSEU NACIONAL DE BARGELLO E MUSEU DE ARTE BIZANTINA DE BERLIM

Davi com os pés sobre a cabeça de Golias; o alegre *Spiritello*; o Cristo morto; e o intelectual pensativo são algumas das figuras expostas em Londres

ventivo. A mais impressionante de suas experiências é no *schiacciato*, em que as esculturas são feitas no mais delicado relevo possível. Outros já haviam feito isso, mas não com tão prodigiosa sutileza. Seus relevos têm apenas alguns milímetros de profundidade.

Donatello fez também algumas das esculturas mais estranhas da história da arte. Uma delas, exposta no V&A, é *São João Batista*, fusão selvagem da estátua romana clássica com o menino santo com halo, envolto em um velo macio e espesso. Ninguém sabe realmente o que o esquisito querubim de perneiras de couro é ou significa.

Há também o minúsculo *Spiritello*, com o dedo do pé curvo, quase explodindo de alegria enquanto agita seu pandeiro. Ou a *Virgem* velha, desgastada, com o coração sobrecarregado, as mãos cheias de veias e nós. Ele imaginou santos como crianças, mártires como intelectuais emaciados e heróis como adolescentes imaturos. Ele entendeu o que era ter sofrido e soube resumir a dor e a coragem em uma figura humana que se relaciona diretamente conosco.

O que Donatello tirou do passado e deu ao futuro foi a empatia humana: as emoções de nossa vida expressas em três dimensões. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Cem anos de ilusões

LIVROS Luiz Ruffato cria uma saga familiar para, por meio dos insucessos íntimos, mostrar o fracasso do próprio Brasil

POR FABIO MASCARO QUERIDO*

O país do futuro. Assim o Brasil foi por muito tempo representado. O futuro aparecia como o horizonte em que as mazelas do passado e do presente estariam remediadas. Cedo ou tarde, o Brasil estaria fadado a tornar-se o que o destino lhe reservava: o país do progresso, do desenvolvimento que, enfim, nos libertaria de nossa trágica herança histórica.

Hoje, a ideia de um futuro promissor para o país do "sonho intenso" não convence mais. O futuro já é o presente e nos revela que, ao menos no curto ou no médio prazo, teremos muito passado pela frente. É nessa complexa trama de temporalidades que navega *O Antigo Futuro*, o mais recente livro de Luiz Ruffato, um dos mais originais escritores da literatura brasileira contemporânea.

O romance explora, em sua forma vertiginosa, com cem breves capítulos, algumas das múltiplas camadas do Brasil dos séculos XX e XXI. Ruffato nos mostra um país cuja fratura social não apenas se manteve, como também foi ganhando novos contornos à medida que avançava no seu processo de "modernização".

Mas a estrutura do livro não vai do passado ao futuro, como seria o mais previsível. Seu ponto de partida é o presente, a partir do qual o "antigo futuro" vai sendo esquadrinhado, paralelamente à apresentação, em sentido cronologicamente inverso, da sequência de gerações da família Bortoletto.

A narrativa começa pelo rebento mais novo, Alex, jovem imigrante precarizado nos Estados Unidos, país para onde migrara em 2016, depois do assassinato do irmão e do cunhado em um assalto na lanchonete familiar.

O ANTIGO FUTURO

Luiz Ruffato. Companhia das Letras (224 págs., 69,90 reais)

As gerações que antecederam Alex conheceram, ainda que aos trancos e barrancos, a esperança de ascensão social. Mas as histórias do bisavô, que trouxe a família italiana ao Brasil, em 1916, do avô, que foi com os seus às Minas Gerais, e do pai, que os fez desembarcar em São Paulo, teriam um desfecho nada redentor, metaforizado na mudança financeiramente forçada de Alex para os EUA.

Passado o breve parêntese recente em que o Brasil "engrenara e tudo parecia fluir", "Alex já não conseguia olhar para o futuro, pois sabia que não há nada lá".

Como em outros livros do autor, o relato se dá em linguagem franca e direta, denotando – ao contrário do que pode parecer à primeira vista – uma construção

ADRIANA VICHI

Fraturas. No romance, o autor mineiro explora algumas das múltiplas camadas históricas do País nos séculos XX e XXI

formal refinada, capaz de reconstituir, no plano literário, aspectos decisivos da dinâmica histórico-social que lhe serve de referência. Terá, porém, as expectativas frustradas o leitor que esperar encontrar na prosa de Ruffato alguma empatia melodramática.

Se a rememoração literária efetuada no romance não esconde a simpatia pelos "de baixo", seu potencial crítico reside, antes, no modo como um desenrolar familiar é mimetizado na própria trajetória do País. Somos, dessa forma, obrigados a encarar não apenas o sentimento amargo dos fracassos pessoais, mas um insucesso que é histórico e social.

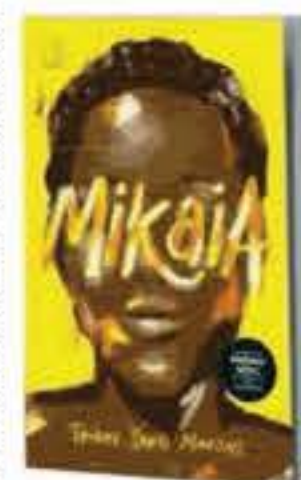
Daí o primado do presente, à luz do qual somos defrontados com os limites do passado – em especial, quando visto pela perspectiva daqueles para quem o futuro "precisava" ser melhor.

É em torno desses vencidos pela vida – cujas grandezas e misérias são explicitadas pelo escritor mineiro – que a expectativa de um país diferente poderá voltar a florescer. Mas a crença em um futuro radiante se desfez. A verdadeira transformação, se vier a ocorrer, implicará uma mudança da própria rota da história, fazendo, aí sim, com que o futuro almejado se torne o próprio presente. •

**Fabio Mascaro Querido é professor de Sociologia na Unicamp.*

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA

A onipresença das imagens em nossa existência tecnológica reforça a agudeza de **Modos de Ver**, obra do crítico de arte John Berger agora reeditada pela Fósforo (192 págs., 84,90 reais). "A visão precede a palavra", preconizava Berger, 50 anos atrás, no primeiro dos ensaios do livro.

Foi na Ilha de Moçambique que a escritora gaúcha Taiane Santi Martins colheu as memórias femininas – marcadas pela violência e pela ancestralidade – presentes em **Mikaia** (Record, 272 págs., 54,90 reais), romance vencedor do Prêmio Sesc de Literatura em 2022.

O professor de Filosofia que protagoniza **Quando os Pássaros Voltarem** (Intrínseca, 544 págs., 99,90 reais), do espanhol Fernando Aramburu, acaba de marcar a data do seu suicídio. Entre o amargor e a ironia, ele revela-se uma figura-espelho das aflições contemporâneas.

José Maurício Bustani é, além de diplomata, pianista

A diplomacia e a música contra Bush

FILME *SINFONIA DE UM HOMEM COMUM* RETRATA O EMBAIXADOR BRASILEIRO QUE TENTOU EVITAR A GUERRA CONTRA O IRAQUE

POR ANA PAULA SOUSA

Para José Joffily, diretor de filmes como *O Chamado de Deus* (2001), *Vocação do Poder* (2005) e *Soldado Estrangeiro* (2019), fazer um documentário sempre foi uma maneira de conhecer temas e pessoas que, até a realização do filme, eram para ele uma incógnita.

Nesse sentido, *Sinfonia de Um Homem Comum*, que estreou no cinema na quinta-feira 9, é uma nota dissonante em sua trajetória. É que o diplomata José Maurício Bustani, protagonista do filme, era, antes de se tornar personagem, seu amigo.

"Nos outros filmes, os personagens eram escolhidos de maneira quase, digamos, fria. Para fazer *Prova de Artista*, sobre músicos de orquestras, por exemplo, fiquei procurando testes e ensaios na internet", conta. "O Bustani, conheço há muitos anos." O elo entre os dois é o irmão de Joffily, que fez faculdade com Bustani e tinha em comum com o embaixador uma paixão obsessiva pela música.

A música tem, não por acaso, um lugar privilegiado nesse retrato do diplomata brasileiro que, 20 anos atrás, foi destituído do posto de diretor-geral da Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq) por pressão do governo Bush.

À altura, Bustani defendia a adesão do Iraque à Opaq – organização cujo objetivo era implantar um acordo multilateral de desarmamento. A partir das inspeções de armas no país, Bustani esperava colocar em xeque a tese que, em 2003, acabaria por servir de argumento para a invasão do Iraque.

"Depois do episódio, Bustani passou um ano no ostracismo, e me contou essa história", diz Joffily. "Mas ela era tão absurda e tão complexa que só em 2017 resolvi fazer o filme. E comecei sozinho, filmando uma entrevista com ele."

Nessa entrevista – que talvez não fosse possível sem a intimidade com um diretor experiente e hábil –, o diplomata revê, com a distância do tempo, detalhes de sua saga. Ao reler o discurso que fizera pouco antes de sua destituição, por exemplo, Bustani se emociona.

Embora recupere em detalhes esse impressionante episódio da geopolítica internacional e ouça políticos como Lula e FHC, além de familiares de Bustani, *Sinfonia de Um Homem Comum* extrai parte de seu sentido de um personagem improvável: o piano.

"Quando eu pedia para filmá-lo tocando, ele me dizia: 'Não estou entendendo o que a música que eu toco tem a ver com a minha história como diplomata'. Ele ficava meio bravo", diz Joffily, rindo. "Mas sempre me pareceu que o interesse dele pela música e sua obstinação em tocar uma peça sem errar eram reveladores de sua personalidade."

Foram quase 150 horas de gravações, das quais Joffily e a montadora Jordana Berg extraíram os contundentes 83 minutos agora em cartaz. •

BRETZ FILMES/GLOBO FILMES

RITA VON HUNTY

Cria cuervos

▶ Nossos esforços devem ser canalizados para a compreensão das impossibilidades de se pensar uma "burguesia do bem" na periferia do capitalismo

Há um ditado popular em espanhol que muito me agrada: *"Cria cuervos, y ellos te sacarán los ojos"*, algo como "crie corvos e eles te arrancarão os olhos". Talvez esta seja a imagem mais didática para pensar o capitalismo dependente e a burguesia no Brasil.

Na América Latina, os governos progressistas e/ou de centro-esquerda tendem, invariavelmente, a esbarrar num desafio e numa limitação aos seus projetos políticos: a ausência de uma burguesia nacional-desenvolvimentista. É necessário salientar que não é exatamente uma novidade pensar sobre isso. A questão é que, para além da crença de que seria possível gerir ou gerar tal classe, seguimos, no lado de baixo do Equador, gerindo e gerando os corvos que, passado algum tempo, arrancam nossos olhos – outra vez, e sempre.

Sabemos, desde o velho Marx, que o sistema capitalista se ergue sobre uma fase de acumulação primitiva de capital que depende da exploração de uma lógica colonial capaz de estabelecer regiões de desenvolvimento e regiões de pilhagem. E sabemos também que, à medida que esse sistema social, econômico e político se consolida e se expande, tal lógica recrudesce na forma centro-periferia.

A periferia do sistema capitalista (o Sul global) produz imensuráveis quantias de valor e transfere o lucro de tal produção à centralidade do sistema, seja via superexploração das forças de trabalho periféricas, seja via parcerias que, para atrair capital e tecnologia produtiva estrangeira, reduzem seus custos. É, dessa forma, potencializada a Mais-Valia, via manutenção do polo técnico-científico apenas nas regiões da centralidade do sistema e a exportação de maquiladoras para as periferias. As coisas finas e bonitas ficam com o centro, as grosseiras e duras, com a periferia.

Uma longa tradição de intelectuais da economia política no Sul global dedicou a vida à pesquisa, à demonstração e ao aprofundamento do que ficou conhecido como Teoria Marxista da Dependência. Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Jaime Osório são alguns exemplos de intelectuais brasileiros que refletiram sobre o tema.

No século seguinte àquele em que produziram suas reflexões, ainda somos defrontados com o fato de que o rentismo segue a ser um mal para as economias do Terceiro Mundo. Os primeiros meses do governo Lula-Alckmin têm permitido à sociedade ver emergir discursos sintomáticos dos setores detentores de capital no País, bem como de seus porta-vozes no mundo midiático/jornalístico.

É claro que a volta do debate sobre a independência do Banco Central é um dos eixos dessa discussão. Este é, aliás, mais um caso que explicita como setores da burguesia manipulam o discurso, a fim de que seus interesses de classe adquiram notas mais "palatáveis" junto à opinião pública.

"Independência" é um termo caro às sociedades ocidentais, em especial àquelas que foram colonizadas em algum momento de sua história. Chamar a desvinculação do Banco Central dos poderes orçamentários e executivos do Estado e sua consequente entrega aos interesses do mercado financeiro de "independência" é uma grande trapaça.

Talvez valesse também aqui questionar se em algum cenário realista seria possível imaginar o Federal Reserve estadunidense independente do Congresso no país.

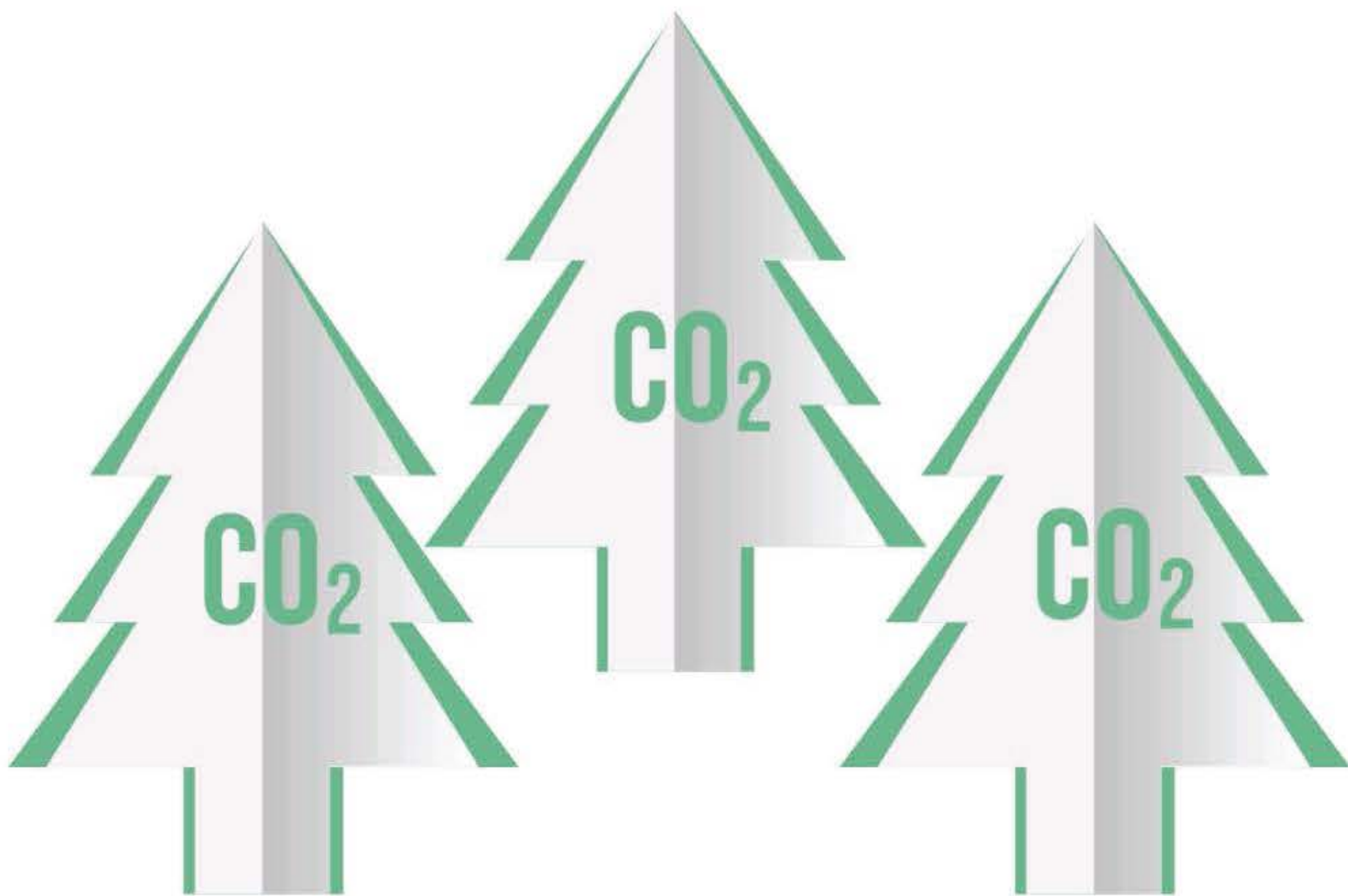
Outros exemplos úteis a esta discussão estão na manipulação discursiva (beirando o ridículo) dos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Notadamente alinhado aos interesses de quem faz fortuna como rentista, o jornal publicou, no sábado 11, um texto que comparava a postura e os discursos de Lula diante de uma das mais elevadas taxas de juro recentes (13,75%) com os ataques e desmontes promovidos por Bolsonaro à Agência Nacional de Vigilância Sanitária durante a pandemia de Covid-19. O jornal escreveu que ambos "convergem numa incompreensão da legitimidade que lhes foi conferida para governar o País".

Dois dias antes, outro editorial impelia à ilação de que as mazelas que assolam o País hoje seriam responsabilidade do Partido dos Trabalhadores, uma vez que este esteve à frente do Poder Executivo por 14 dos últimos 20 anos.

A crítica à manipulação ideológica é uma parte do trabalho que temos pela frente, mas acredito também que muitos de nossos esforços devam ser canalizados para a compreensão e a comunicação das impossibilidades de se pensar uma "burguesia do bem" na periferia do capital.

Nosso objetivo maior deve ser sempre aumentar a autonomia da classe trabalhadora e pensar, a partir dela, modos de vida à altura dos desafios que o século XXI nos impõe. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

O Brasil no Real

▶ Vinícius Jr., apesar da pouca idade, alcança um protagonismo impressionante no melhor time do mundo

Em meio ao drama turco-sírio, o esporte surgiu, no noticiário, na declaração desolada do dirigente de um dos times que abandonaram o campeonato por lá: "Não podemos nem falar em futebol". Por aqui, em meio às novidades do novo governo, temos, no esporte, o ministério nas mãos campeãs de Ana Moser.

Dentre os desportistas em atuação direta na política, Ana foi umas das que conseguiram, alguns anos atrás, o resultado com mais consequências: a aprovação da limitação de apenas uma reeleição para dirigentes de entidades esportivas que recebem dinheiro público.

Em suas declarações como ministra recém-empossada, Ana tem dito que seu objetivo é perseguir o enunciado da posição que conseguimos após as eleições para a Constituinte de 1988: "Esporte, direito do cidadão, dever do Estado". Excelente ponto de partida e de chegada.

Temos lembrado algumas vezes por aqui da necessidade de o Brasil ter um plano geral que reflita um pensamento sobre o esporte em todas as suas dimensões: da iniciação ao alto rendimento e à profissionalização. Seria uma espécie de Sistema Único de Saúde (SUS) dos esportes: o Sistema Único do Esporte (SUE).

Alguns países, como os Estados Unidos, têm um plano geral baseado na formação e no foco nas universidades. Outros, como a China, também possuem uma visão abrangente do esporte.

E, seguindo a sabedoria popular, "enquanto o pau quebra, descansam-se as costas" e o esporte vai nos ajudando a superar as agruras. Uma das alegrias veio das vitórias da Seleção sub-20.

No domingo 12, o Brasil conquistou o Campeonato Sul-Americano masculino Sub-20 ao vencer o Uruguai, em Bogotá. Foi o 12º título da Seleção Brasileira na competição. A Seleção classificou-se, assim, para a Copa do Mundo da Fifa na categoria, a ser disputada entre maio e junho na Indonésia.

Dentre os vários bons nomes da equipe destaca-se o jovem vascaíno Andrey, reconhecido como o melhor do torneio. Infelizmente, já foi transferido para o Chelsea, da Inglaterra.

Muito se tem falado sobre a disparidade decorrente da hiperconcentração dos investimentos do futebol. Aventam-se até punições pela quebra do *fair-play* financeiro dos clubes mais poderosos. Algumas das reclamações têm partido dos clubes italianos. Outrora os que mais atraíam os profissionais do futebol, muitos desses clubes têm vivenciado um declínio nas últimas temporadas.

O campeonato italiano segue pelo meio, com o Napoli na liderança, com vantagem de 15 pontos sobre o segundo colocado, a poderosa Inter de Milão. Vemos em campo as contradições entre o time do Sul, mais pobre, e o do Norte, mais rico, mas cambaleante.

Na França, o clube-seleção Paris Saint-Germain tenta – em crise, talvez – avançar na cobiçada Champions League, ao mesmo tempo que cresce a cobrança – proporcional ao custo do maior elenco no mundo.

Ainda no que diz respeito à Champions, acompanhamos esta semana a notícia dos desdobramentos da confusão subdesenvolvida protagonizada pelos torcedores do Liverpool e do Real Madrid na decisão do campeonato, no ano passado, no badalado Stade de France, em Paris.

Uma investigação nomeada pela Uefa, organizadora da competição, concluiu que a entidade máxima do futebol europeu foi a principal responsável pelo desastre, devido a falhas de segurança. A investigação inocentou os torcedores do Liverpool, que haviam sido culpados pela entidade.

Também da Europa chegou a relação anual da Federação Internacional de Futebolistas Profissionais dos melhores jogadores em atividade. E a lista provocou protestos de Carlo Ancelotti, treinador do Real Madrid, que saiu em defesa de Vinícius Jr., injustamente deixado de fora.

O "brasileirinho", apesar da pouca idade, vem botando para quebrar. Em forma espetacular, está alcançando um protagonismo impressionante no melhor time do mundo.

Pelos nossos lados, além do Sub-20 na Colômbia, outro título a ser registrado é o bicampeonato feminino brasileiro alcançado pelo Corinthians. Trata-se de um time sensacional, de técnica parelha com o masculino.

O destaque da semana no Brasil foi mais um gol incrível, do meio da rua, do argentino Germán Cano, na vitória do Fluminense por 2 a 0 sobre o Vasco, no domingo 12, no Maracanã. Assim, com uma série de gols espetaculares e afiadíssimo em suas virtudes de finalizador eximio, Cano é o melhor jogador deste início de temporada brasileira. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL
VENES